

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Maio 2000 Nº 297 Preço 140\$00.

- **Delegação de Lisboa**

Reunião de associados no dia 20, pelas 14h30, na Sede, vai tratar da criação da Delegação

- **Bernardo Santareno**

Vai ser lembrado na ADFA, no dia 20 de Maio

- **CRPG**

Lança Fórum-Net para o debate sobre informação, emprego e deficiência

página 2

- **Automóveis**

Leia a posição da ADFA na página de Direitos e Deveres

página 11



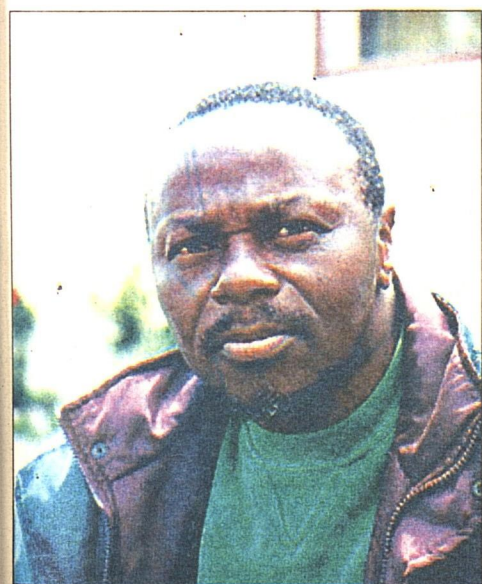
PORTE PAGO

26.º Aniversário Todos a Lagos

página 16

Núcleo do Maputo

Gabriel Mubanguiane
exemplo de cidadania
a cem por cento



página 7

Pesca Desportiva

Convívio na Figueira



página 4



Castro Caldas
atento
a críticas
quer ADEFA
em Timor

página 9
e suplemento

Guerra Colonial começa a existir

página 8

CRPG lança Forum Net

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), lançou o Forum Net, cujo objectivo é o debate e disseminação das questões relacionadas com informação, emprego e deficiência. Ao visitar o site do CRPG (<http://www.crpagaia.pt>), poderá aceder a um dinâmico grupo de discussão sobre esta temática e, à apresentação de vários produtos: CD-ROM para empresários; "O Valor Acrescentado da Pessoa com (D)eficiência", "A Interação com a Pessoa com Deficiência", Notícias de Imprensa, Newsletter, Celtic Project (em inglês) e Links úteis. Poderá, ainda, solicitar esclarecimentos através do preenchimento de um formulário disponibilizado para esse efeito.

O Forum Net, iniciativa em pleno fun-

cionamento e crescimento, teve origem na vontade do CRPG se associar à semana transnacional "O Trabalho do Futuro, o Futuro do Trabalho" (www.europs.belfuture) que decorreu em Portugal entre 2 e 17 de Março.

Também no âmbito desta iniciativa, o CRPG foi convidado a participar, no dia 16 de Março, na Jornada de "Portas Abertas", na Fundação Irene Rolo, em Tavira, onde interveio sobre os seguintes temas: Forum:

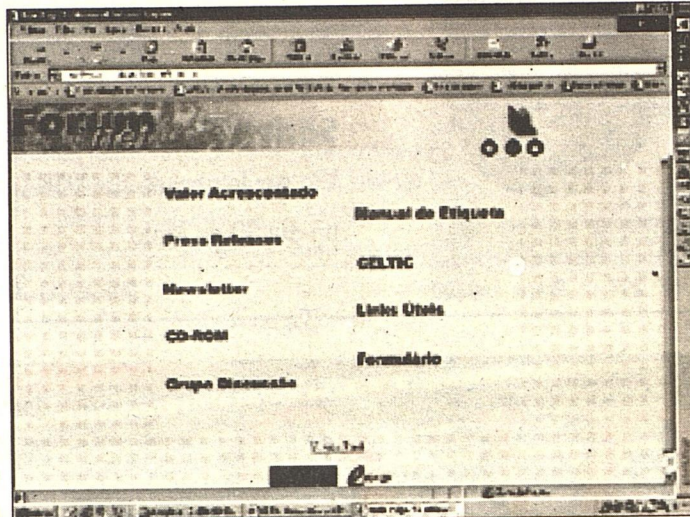


FOTO: RAFAEL VICENTE

Emprego e Deficiência; SAE - Sistema de Apoio ao Emprego; Info-Def: Sistema de Informação sobre Deficiência e Marketing da Empregabilidade. •

Breves

Entrega de diplomas



FOTO: RAFAEL VICENTE

O departamento de Formação Profissional da ADFA organizou um almoço-convívio para os seus ex-formandos, no dia 25 de Março, no restaurante da Sede Nacional.

O encontro contou com a presença de muitos ex-alunos de Artes Gráficas e Escritório Electrónico, bem como compareceram os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações que, no final do almoço, entregaram os diplomas de curso. Neste almoço foi lançada a ideia da criação de uma associação dos antigos formandos da ADFA, com o apoio da Associação. •

Hospital da Marinha

A actual Central de Marcação de Consultas Familiares passa a marcar as consultas dos militares na situação de reserva fora da efectividade do serviço e de reforma, bem como as dos militarizados na reforma e as dos civis da armada.

As marcações, que serão registadas em agendas de cada uma das especialidades, podem ter origem interna e externa.

As marcações internas serão da iniciativa das várias consultas do Hospital Militar, sendo processadas por via telefónica, logo que, findo um acto de consulta, se determine a data da Segunda consulta, ou quando uma especialidade decida solicitar a observação em outra especialidade.

As marcações externas serão da iniciativa dos utentes, tendo como única condicionante a disponibilidade de vagas na altura existente na consulta pretendida. As marcações podem ser efectuadas directamente na Central de Marcação de Consultas, das 09h30 às 11h30 dos dias úteis, ou por via telefónica, entre as 13h30 e as 16h00 dos dias úteis.

As consultas realizam-se à Segunda-feira, Terça-feira e Quarta-feira, iniciando-se entre as 10h00 e as 10h30. Os utentes devem comparecer até às 10h00. Exceptuam-se as consultas de Estomatologia, que se efectuam à Terça-feira e à Quinta-feira, e de Pneumologia, que se efectuam à Segunda-feira, no mesmo horário.

As consultas de Anestesiologia, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Endocrinologia, Fisiatria e Hematologia Clínica/Oncologia Médica ficam temporariamente excluídas das presentes normas e as marcações continuarão a ser autónomas, o mesmo acontecendo com a consulta de Ginecologia e Obstetrícia, no que respeita ao sector de civis da Armada. •

Bernardo Santareno

António Martinho do Rosário, o dramaturgo Bernardo Santareno, vai ser alvo de uma homenagem de amigos e antigos companheiros no Salão Nobre da Sede Nacional da ADFA, pelas 15h00 do dia 20 de Maio, Sábado.

Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra, exerceu clínica em Lisboa, de onde partiu no navio-hospital Gil Eanes, para acompanhar os dramas dos homens nos mares da Terra Nova e Gronelândia, recolhendo material para os livros que mais tarde publicou: "Mares do Fim do Mundo" e "Lugre".

Foi também professor no Instituto de Orientação Profissional (IOP), e exerceu funções de psicólogo na Fundação R.E.M. Sain, dedicada à reabilitação de pessoas com deficiência visual. Ajudou e influenciou para a vida, os que num determinado momento se encontravam em dificuldades advindas de uma incapacidade sensorial grave, entre eles muito jovens recém chegados da guerra colonial.

A homenagem surge no ano em que se completam 20 anos sobre o seu desaparecimento, "por imperiosa necessidade de recordar o homem que pelo seu humanismo, amizade e disponibilidade afectiva marcou aqueles que com ele conviveram, na qualidade de colegas, alunos, pacientes ou camaradas." Serão nela intervenientes, entre outros, os associados Manuel Lopes Dias, Sá Flores, bem

como Luís Francisco Rebelo, Fernando Da Costa, Paulo Martins e Fernanda Lapa. •

Colaboração com a ACAPO



FOTO: FARINHO LOPES

A ADFA celebrou um protocolo de colaboração com a ACAPO, tendo em consideração as afinidades entre as duas organizações na defesa dos interesses e dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência visual.

A colaboração acordada prende-se com o apoio mútuo a nível nacional e internacional, de forma a encontrar as melhores soluções para os problemas dos associados portadores de deficiência visual, nomeadamente no que se refere à informação, formação, cultura e recursos técnicos. •

Admissões aos estabelecimentos de ensino militares

De 24 de Maio a 23 de Junho vão estar abertas as inscrições para o concurso de admissão para o Colégio Militar (CM), Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE) e Instituto de Odivelas (IO).

Informações mais detalhadas podem ser consultadas junto daqueles três estabelecimentos, da Sede Nacional da ADFA e de todas as Unidades e Estabelecimentos Militares.

Na Academia Militar (AM) o concurso de admissão de alunos para o ano lectivo 2000/2001 teve o seu início no passado dia 3 de Abril, sendo recebidos os documentos dos candidatos até 2 de Junho, para que os processos possam dar entrada na AM até 14 de Julho. O final do concurso de admissão está agendado para 2 de Outubro. •

R.V.

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Maio, dia 4, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Maio, dias 6 e 20, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Maio, das 9h00 às 12h00.

Reunião na Sede

No próximo dia 20 de Maio, pelas 14h30, realiza-se a habitual reunião de associados no Salão Nobre.

Lançamento

No dia 3 de Maio, Quarta-feira, pelas 17h00, a Electrosertec organiza o lançamento do programa de informática OpenBook Ruby em português, no Salão Nobre da Sede Nacional.

Ciclismo em Coimbra

No dia 6 de Maio, Sábado, vai realizar-se o 14º Encontro Nacional de Deficientes/2000, em Coimbra, organização da CNOD, no qual vai participar a equipa de ciclistas da ADFA, com particular relevância para os que, pela primeira vez, vão integrar uma prova utilizando o "tandem" (bicicleta de dois lugares). Do programa desportivo constam também outras modalidades: corrida de cadeira de rodas, atletismo pedestre, bóccia, basquetebol em cadeira de rodas e xadrez.

26º Aniversário da ADFA

No dia 13 de Maio, Sábado, em Lagos, Algarve, vai decorrer o encontro nacional de associados para as comemorações do 26º Aniversário da ADFA. Nesse dia vão disputar-se provas de pesca desportiva e de ciclismo.

Dia Nacional de Informação

No dia 18 de Maio, Quinta-feira, em Vila Real, na Aula Magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), vai realizar-se o Dia Nacional de Informação, subordinado ao tema "Tecnologias da Informação e das Comunicações no Apoio aos Cidadãos com Deficiência", sob a coordenação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e do Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Vila Real, em colaboração com o Governo Civil e com a edilidade, entre outras entidades locais.

Bernardo Santareno

No dia 20 de Maio, pelas 16h00, a ADFA promove uma homenagem ao dramaturgo Bernardo Santareno, pelos 20 anos do seu desaparecimento. O evento vai decorrer na Sede Nacional. Serão intervenientes, entre outros, os associados Manuel Lopes Dias, Sá Flores, bem como Paulo Martins e Fernanda Lapa.

Pesca em Peniche

A última prova do primeiro campeonato experimental de pesca inter-delegações da ADFA e uma prova de ciclismo, vão realizar-se em Peniche, no dia 10 de Junho, aquando do convívio da inauguração das instalações do Núcleo. O DACDLA solicita aos interessados que procedam às suas inscrições até ao dia 31 de Maio, Quarta-feira.

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: <http://www.adfa-portugal.com> ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 757 0502 / 21 757 0583 / 21 757 0645 • Fax: 21 757 1319 DIRECTOR António Carreira REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luís Baltazar, Luísa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Nuno Santo Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Gráficabar, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7°C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 000 exemplares

Episódios



"Achamentos"

José Diniz

"Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus". (Carta de Pêro Vaz de Caminha sobre o "achamento" do Brasil)

Nestes dias em que decorreram as comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil, dei-me ao prazer de ler a Carta de Pêro Vaz de Caminha que relata os dias passados junto da costa brasileira e os contactos que os navegadores portugueses tiveram com os habitantes do local, os índios Tupiniquins. Dessa descrição ressalta a preocupação de captar a simpatia daquela gente estranha, numa espécie de jogo de sedução feito de avanços e recuos. Ressalta também o jeito bem lusitano de comunicar e de conviver mesmo sem o veículo privilegiado de uma língua comum.

E quando parecia que todo o mundo festejaria este encontro inocente de dois povos, eis que os descendentes desses índios vêm reclamar os seus direitos espezninhados desde então. Estes e os sem-terra conseguiram dar visibilidade às suas manifestações, ensombrando mesmo os festejos comemorativos. E, ironia das ironias, o clima de insegurança não permitiu o desembarque dos marinheiros do navio-escola Sagres da nossa Armada na mesma praia onde os marinheiros de Cabral "dançaram e bailaram" com os índios.

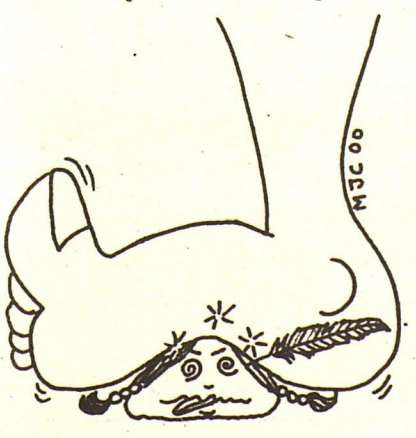
Que se terá passado então nestes quinhentos anos para tanta animosidade?

Todos sabemos que a colonização, de uma maneira geral, foi um processo doloroso para as populações autóctones, quer nas Américas, quer na África ou na Ásia, com a agravante de que boa parte dessas populações não viram melhoradas as suas condições de vida após as respectivas independências políticas.

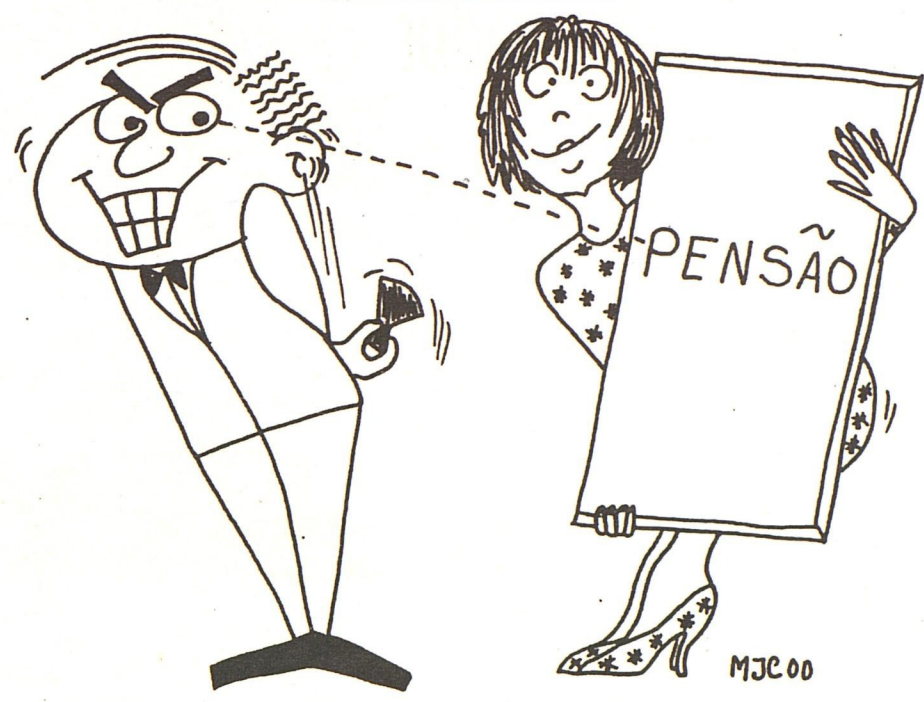
Tudo isto faz parte de um tempo histórico em que o homem europeu se considerava o único detentor da verdadeira civilização e da única religião e essa mentalidade deu-lhe direitos de ocupação e de posse de terras, de riquezas e de gentes.

Mas as políticas seguidas pelas potências colonizadoras não fizeram só estragos nos povos colonizados. No caso português é difícil imaginar a legião de vítimas que a aventura ultramarina provocou ao longo de cinco séculos e até há bem poucos anos. Por outro lado, as riquezas das Índias, das Áfricas e dos Brasis também pouco aproveitaram à generalidade do povo português. Nós os deficientes militares somos as últimas vítimas desse processo histórico e ainda temos que andar a fazer congressos e manifestações para sermos ouvidos e fazer valer os nossos direitos.

Toda esta problemática é hoje uma questão de direitos humanos e a nossa atitude deve ser de solidariedade para com esses povos que ainda não alcançaram a cidadania plena.

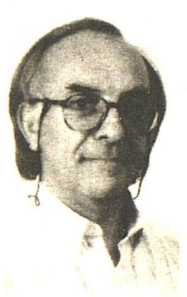


Grande Plano



Sementes para o Deserto

O pior é que em nome do povo e invocando o seu voto desdenham da liberdade conseguida porque sabem que seriam sempre políticos mesmo que em Portugal não tivesse existido Abril.



Jaime Ferreri

Esta mania de guardar recordações traz-me uma raiva fininha quando ouço, da tribuna da assembleia, invocando direitos pelo voto cimentados, um ou outro arvorado fazedor de opinião que dum instante para o outro começou a sentir "pena", a descobrir mundo, a batalhar por direitos a que há pouco tempo nem ligava.

Não vai há muito que se lutava pela pensão às viúvas de guerra, tão só afinal, o mais corriqueiro direito de haver para os filhos um naco de broa e um trapo simples a servir de vestimenta. Foi uma espera de anos... dura demais para aqueles a quem a citada pensão demorava a chegar. Era como se o poder vigente, por tuta e meia a invocar a nação, nada tivesse a ver com a pátria, essa pátria de antanho que nos colocaram na mente e nos forçaram a servir. O passado, mais que a repressão e o risco de perder a liberdade física, era uma forma torpe de, com abstractos valores pátrios, nos amofinarem de pequeninos; até Deus meteram ao barulho e abusaram da família que tivemos por destino. Às vezes cheguei a pensar se a guerra existiu apenas por nós termos tido o "despudor" de para ela nos deixarmos embarcar.

Por uns tempos, negaram-nos o estatuto de vítimas e alguns chegaram a alcunhar-nos de criminosos.

Andava arredia a solidariedade sempre que pugnávamos por direitos; pareciam apostados até em diminuir os que vinham expressos no Dec.-Lei 43/76 mesmo tendo em conta a específica referência aos casos de ferimentos em campanha.

Dum instante para o outro, aqueles que há pouco tapavam os ouvidos apareceram cheios de coragem a lutar por nós; se a pensão para as viúvas tinha suporte legislativo, já não era sem tempo, clamavam como que escandalizados... não é coisa que se veja "para quem deu à pátria o seu melhor". E o stress de guerra, os prisioneiros, os merecedores da reparação que a nação teimosamente esquecia?

O que é preciso é aproveitar a onda e a capacidade duma prestigiada associação, colar-se aos seus argumentos, arranjar motivo para criativos avanços legislativos. Para o político, o que ontem dissera agora desdiz, o que no passado defendia hoje ataca, tudo o que fôra impossível pela magreza do orçamento é, agora, um inalienável direito. Durante anos tiveram terra fértil, opinião e poder em demasia. Nem ao cuidado se deram de preparar o terreno. Aparecem hoje, a lançar sementes no deserto para que amanhã, quando de novo tenham conquistado terra fértil, a tulha esteja vazia de grãos de oportunidade.

E o pior é que não "brincam" apenas connosco, com a gente que por terras de África ofereceu o melhor de si, inocente e acrítica, sem opção de qualquer escolha. Servem-se, ou tentam servir-se de toda a instituição militar; apontando falta de verbas, dificuldades de profissionalização, necessidade de um exército modelo. Mas à socapa deixam escapar o desdém por uma unidade de elite que possa acudir a catástrofes naturais internas ou externas; para eles não se faz guerra preparando a paz.

Senhores dum discurso fluído, de carradas de palavras de uso fácil, de audiências em palmas de congresso garantidas, achincalham pelo verbo os que restituíram ao povo o direito à expressão. O pior é que em nome do povo e invocando o seu voto desdenham da liberdade conseguida porque sabem que seriam sempre políticos mesmo que em Portugal não tivesse existido Abril.

Editorial

Para Ti mor



António Carreiro

Vários factores têm vindo a despertar a comunicação social para o tema das Forças Armadas e começaram a abrir-se as portas para se falar da Guerra Colonial.

Bem que a ADFA se tem esforçado ao longo dos 26 anos que este mês vamos celebrar em Lagos, dando relevo, como tem vindo a ser feito, aos sustentáculos locais da Associação, as Delegações e Núcleos.

Tem sido um esforço hercúleo que se tem levado a cabo, por diversas formas, nomeadamente projectando as nossas iniciativas para a Comunidade, sensibilizando instituições e altos dignatários da Nação, levando a nossa mensagem à Escola, pressionando sempre para que os media falem da temática e não desperdiçando nenhum momento de falar com toda a pessoa que interpelamos ou nos visita.

Em 26 anos realizámos quatro congressos e o IV, que teve lugar no passado mês de Abril, como todos, projectou o nosso sentir para a opinião pública e contou com a presença do Ministro da Defesa e Instituição Militar no seu encerramento.

Das extensas e importantes conclusões não falamos aqui. O realce deste editorial deve, sem dúvida, ser para o repto lançado pelo Sr Ministro à ADFA para cooperar com o próprio ministério na implementação de estruturas de reabilitação em Timor Loro Sae, para todos os deficientes, designadamente os da luta pela libertação.

É de facto uma grande honra que atesta a maturidade e a atitude responsável, de sempre, da ADFA. Nunca o ELO esqueceu Timor e, efectivamente, estamos com eles. Louvamos todo o apoio para Timor.

Sentimos orgulho em ser como somos. Irreverentes às vezes, mas sempre com sentido de bom senso, conhecendo as proporções do razoável e do sofrimento do dia-a-dia, suportando as contrariedades sem resignação, agindo com respeito pelos princípios da justiça e sempre com profunda humanidade.

Pesca promove encontro de associados

A Secção de Pesca Desportiva da Delegação da ADFA em Coimbra organizou, com a colaboração do Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA), aquela que constituiu a segunda de três provas de pesca desportiva a disputar até Julho próximo, a contar para o Campeonato da ADFA.

A prova foi disputada no passado dia oito de Abril, na zona do rio Mondego - Bico S. Jacinto, na Figueira da Foz, participando 22 pescadores, entre associados e seus familiares e amigos.

Durante as três horas do encontro desportivo pescaram-se mais de sete quilos de peixe, onde se incluíram as taíñas, os peixes-rei, entre outras espécies que caíram no anzol do grupo de pescadores.

Logo pela manhã, ao chegar ao local, os participantes sortearam os pesqueiros - espaço reservado para cada pescador - prepararam o engodo e afinaram canas e carretos, e começou a paciente espera.

"O peixe custou a picar o isco, por causa da forte corrente que não deixava quietas as linhas e os pescadores", referiu José Faria, da

equipa de Setúbal, enquanto tentava fisgar mais um.

A equipa de Coimbra ficou classificada em primeiro lugar, com 13 pontos, seguida pelo grupo de Peniche, que marcou 33 pontos. Em terceira posição ficou a equipa da Delegação de Setúbal, com 51 pontos e em quarto lugar ficou Lisboa, com honrosos 63 pontos.

Paulo Nobre, de Coimbra, conquistou o primeiro lugar na classificação individual, seguido por Vilela Ramalho, de Coimbra, e Vítor Leal, de Peniche, que alcançaram o segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Paulo Nobre confessou-se "muito satisfeito por participar numa iniciativa que reúne amigos e que contribui para uma plena vivência associativa."

Na véspera, a equipa de Lisboa ficou alojada nas instalações da Escola Prática de Serviços de Transportes, na Figueira da Foz, tendo recebido o apoio do motorista e viatura cedidos pela Força Aérea Portuguesa. "A noite foi de festa, aliás como todo o encontro", salientou José Pedroso, referindo-se ao "ambiente de camaradagem que esta prova proporciona."



A prova foi disputada na zona do rio Mondego/Bico de S. Jacinto

O almoço do dia da pesca teve lugar nas instalações daquela unidade, com o apoio dos militares, que assaram as febras antes da distribuição dos prémios.

Todos receberam um troféu pela classificação atingida, mesmo quem apenas "deu banho ao isco" e apanhou "grade". As taças brilharam nas mãos dos vencedores e a primeira e única classificada em femininos, Ivo-

ne Luz, foi bastante aplaudida pelos companheiros pescadores e assistência.

"Foi uma jornada bem passada, na companhia dos amigos e familiares, sem esquecer o contacto com a natureza e com o desporto", lembrou Vítor Oliveira, acostumado pescador e colaborador da organização deste encontro. •

R.V.

Breves das Delegações

Bragança 26º Aniversário da Delegação

No dia 21 de Maio, Domingo, a Delegação de Bragança comemora o seu 26º Aniversário, em Mirandela, com um encontro de deficientes e seus familiares e amigos.

No programa das comemorações está incluída a recepção aos participantes, pelas 10h30, no Auditório Municipal de Mirandela, contando-se com a presença do presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Neste espaço vai estar patente uma exposição sobre a Guerra Colonial.

Pelas 12h00 vai celebrar-se uma missa por alma dos militares falecidos ao serviço da Pátria, na Igreja de S. João Bosco, em Mirandela. Às 13h15 vai ter lugar um lançamento de pára-quedistas, seguido da inauguração da Rua dos Deficientes das Forças Armadas, a que se segue a colocação de uma coroa de flores junto às lápides dos mortos ao serviço da Pátria (na Capela de Nossa Senhora do Amparo).

O almoço-convívio vai decorrer no restaurante dos Salesianos, em Mirandela, acompanhado de música ao vivo, com o grande artista João Batista, um concurso de anedotas e a revelação de alguns fadistas.

O encontro vai terminar com uma visita, pelas 16h30, à feira Reginord.

As inscrições para o 26º Aniversário da Delegação podem ser enviadas para a Delegação da ADFA em Bragança - Bairro Fundo Fomento de Habitação Bloco H, n.º 20 - 5300 Bragança. O preço por pessoa é de 2.000 escudos, pagando os menores, dos 7 aos 12 anos, 1.000 escudos.

As comemorações do 26º Aniversário da Delegação contam com os apoios da Câmara Municipal de Mirandela e da Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

"A Direcção da Delegação convida todos os associados, em especial os transmontanos,

a deslocarem-se a Mirandela, a fim de participarem no aniversário da Delegação de Bragança", lembrou Domingos Seca, presidente da Direcção da Delegação de Bragança. •

Coimbra Novos contactos

Desde 10 de Abril a Delegação de Coimbra conta já com novos números de telefone e fax, nas suas novas instalações, na Rua 1º de Maio, n.º 68, 3040 - 181 Coimbra.

Para entrar em contacto telefónico com a Delegação passa a marcar-se o número 239 814 644 e para enviar uma mensagem por fax basta digitar o número 239 813 332. •

Évora 26º Aniversário da Delegação de Évora

Vai realizar-se no próximo dia 7 de Maio, em Évora, a comemoração do 26º aniversário da Delegação, com a colaboração da Câmara Municipal de Évora.

A celebração deste aniversário conta com a organização de uma visita guiada à cidade de Évora e de um almoço-convívio.

As inscrições para a visita e almoço devem ser efectuadas na Delegação, até dia 5 de Maio, pelas 17h00, pelo telefone 266 703 473.

As actividades estão assim programadas:
- 10h00 - Concentração na Delegação
- 10h30 - Início da visita guiada à cidade de Évora

- 12h30 - Almoço-convívio comemorativo do 26º aniversário da Delegação

- 15h00 - Actividades recreativas - jogos de sala

26º Aniversário em Lagos

A Delegação de Évora convida os asso-

ciados a participarem nas comemorações do 26º aniversário da Associação que este ano se realizam em Lagos, no dia 13 de Maio.

Para coordenar o transporte dos associados, os interessados devem contactar a Delegação, para procederem à sua inscrição, até ao dia oito de Maio, pelas 17h00.

A Delegação intervém

Dando cumprimento a uma deliberação do Conselho da Delegação de Évora, a Delegação ofereceu no passado mês de Fevereiro uma televisão ao candidato a associado Artur Manuel Rico Limpo.

Para entregar o aparelho, em representação do Conselho de Delegação, esteve o associado Joaquim Aguilhas, acompanhado por outros associados da Delegação de Évora.

Artur Limpo foi soldado, cumprindo uma comissão de serviço em Moçambique como sapedor de Engenharia, entre 1970 e 1972. Viveu e trabalhou como carpinteiro da construção civil na sua aldeia - Póvoa de S. Miguel - Moura - até ser incorporado no Exército.

No regresso de Moçambique, fechou-se em casa, deixou de trabalhar e isolou-se completamente. Não comunica com ninguém e vive dependente da mãe, já com 80 anos.

A Delegação de Évora está a desenvolver esforços para acompanhar o processo de ida à

junta médica a fim de que a situação de Artur Limpo possa ser classificada como "stress de guerra".

Com o acompanhamento que vem fazendo e com a oferta de uma televisão, a Delegação de Évora procura ajudar o candidato a associado Artur Limpo a reequilibrar-se na comunidade e na sociedade, sendo urgente encontrar uma solução de acolhimento para quando o ex-soldado deixar de ter o apoio da mãe. •

Famalicão Datas trocadas

A Delegação de Famalicão remeteu uma circular aos associados da região que, entre outros assuntos, dava conta do 26º Aniversário Nacional da ADFA, em Lagos. Por lapso, a Delegação comunicou que a partida em autocarro seria a 13 de Maio, mas a data correcta para a saída é a 12, Sexta-Feira.

O almoço de Aniversário foi anunciado para 14 de Maio e na realidade efectua-se no dia 13, Sábado, e a partida terá lugar no dia 14 de Maio, Domingo e não a 15, como foi referido na circular da Delegação.

A Delegação de Famalicão lamenta o sucedido e apresenta as suas desculpas aos associados. •

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e
ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 234-59 81 61 * fax: 234-59 81 62 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

ADFA presente

Museu militar inaugura exposição sobre Guerra do Ultramar

FOTO: ANABELA VIEIRA



A Exposição foi inaugurada no dia 11 de Abril

"Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné e Moçambique 1961 - 1974" é o tema da exposição promovida pela Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.

Esta exposição foi inaugurada no passado dia 11 de Abril pelo Comandante da Região Militar Norte, General Cipriano Alves e contou com a presença de inúmeras personalidades militares e civis.

Dividida por seis "alas", esta exposição retrata, através de uma forte componente fotográfica apoiada por material bélico, os

diferentes aspectos do conflito. A primeira sala é dedicada aos antecedentes da guerra, à conjuntura politico-económica e à caracterização das grandes cidades de Angola, Moçambique e Guiné. Aqui há ainda a referência ao "dia do terror", o dia 15 de Março de 1961, dia em que ocorreu o famoso massacre que viria a desencadear todo o processo de guerra.

A segunda sala dá conta dos meios logísticos utilizados pelos nossos militares assim como a recepção às tropas.

"A Minha Jornada em África"

A "Minha Jornada em África" é o título do livro publicado por António Reis, um ex-combatente que, durante o serviço militar, desempenhou funções de enfermeiro na secção de Cirurgia I no Hospital de Bissau.

"Era para aqui que vinham os feridos mais graves" conta o autor com a voz um pouco embargada pela emoção de quem passou largos meses a tentar salvar a vida dos inúmeros companheiros, numa tarefa "nem sempre conseguida" salienta.

O seu grande objectivo, disse ao ELO, "é dar um pequeno contributo para uma melhor compreensão da vivência dos militares que de forma alguma eram candidatos a heróis" e continua "todos queríamos salvar as nossas vidas e se possível fugir à guerra".

A única fonte em que se baseou foi a sua memória. Passados mais de um quarto de século, diz que esta é o seu livro de apontamentos.

O livro é composto por pequenos capítulos

ao famoso santuário) - Arenas de Cabrales - Santander - Jantar e alojamento.

3º Dia - Santander - Laredo (almoço) - Bilbao (visita ao museu Guggenheim e tempo livre), jantar e alojamento no hotel.

4º Dia - Bilbao - Guernica - Leikeitio - Praias da Costa Basca - Ondarroa - (almoço) - S. Sebastian (breve visita e tempo livre). Jantar e alojamento no hotel.

5º Dia - S. Sebastian - Burgos (breve visita) - Palencia (almoço) - Salamanca - Vilar Formoso - Porto.

Póvoa e Vila do Conde em convívio

Teve lugar no passado dia 20 de Abril o 6º jantar de confraternização dos associados dos concelhos de Póvoa do Varzim e de Vila do Conde. Este ano a organização do encontro esteve a cargo dos associados José Maria, Alberto Ferreira e António Pereira, da Póvoa do Varzim.

O repasto foi servido no restaurante "Solar de Criad" e contou com a participação de cerca de meia centena de associados e familiares. Como já vem sendo habitual, houve também tempo para os discursos que ficaram a cargo dos organizadores, de Luís Noronha em nome da organização do IV Congresso Nacional da ADFA e do Presidente da Direcção

Já na terceira sala é retratado o dia-a-dia dos militares.

Apontamento sobre os líderes dos movimentos de libertação, os seus ideais e o seu armamento, são-nos dados numa quarta sala. A seguinte tem por base os combates. Refere os diferentes teatros de operações, como estava distribuído o nosso contingente militar e como se desenrolavam os ataques.

A última sala é dedicada às consequências da guerra, desde as físicas aos mortos passando pelas condecorações.

A inauguração da exposição foi precedida pela apresentação do livro "A Guerra em África - Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas" do Major-General Sérgio Bacelar, recentemente falecido. Saliente-se que Sérgio Bacelar desempenhou funções de Comandante da Região Militar Norte. O livro foi prefaciado pelo professor Baquero Moreno que na sua apresentação salientou ser intenção do autor dar uma perspectiva científico-histórica da intervenção das Forças Armadas durante o conflito.

A ADFA fez-se representar, nesta inauguração, por um elemento da Direcção Nacional, Santa Clara Gomes, que a par de algumas personalidades, deu o seu contributo para a elaboração do catálogo da exposição, por Henrique Rodrigues e Abel Fortuna da Delegação do Porto e por Manuel Carvalho e José Manuel Lages, do Museu da Guerra Colonial da ADFA.

Esta exposição estará patente ao público até finais de Fevereiro de 2001. •

A.V.

que contam pedaços de histórias vividas. "Se fosse agora que iniciasse este livro, talvez acrescentasse mais um episódio, a câmara da morte. Era aqui que estavam os doentes terminais", remata o autor.

A apresentação do livro teve lugar no passado dia 1 de Abril em Avintes, vila de onde o autor é natural, e contou com a presença de um público bastante variado, na sua maioria ex-combatentes da região que dizem que este livro é um retrato do espírito vivido na época.

da Delegação do Porto. A forma como decorreu o Congresso e as principais conclusões retiradas, foi um dos pontos abordados, além da divulgação das actividades que terão lugar a breve prazo, quer em termos locais, quer nacionais.

Nota comum, foi a excelente organização deste jantar-convívio e a promessa de participar na sua próxima edição cuja organização ficará a cargo dos associados de Vila do Conde. •

Comemorações do 25 de Abril no Porto

A Delegação do Porto assinalou a passagem do 26º aniversário do 25 de Abril com uma jornada associativa. Pelas 9h30, com a presença de uma secção de caixas e clarins do regimento de Artilharia da Serra do Pilar teve lugar o hastear de bandeiras. Este momento solene foi precedido pela disputa da Taça da Liberdade num jogo de futebol em que se defrontaram as equipas do Porto e Paredes.

A jornada associativa culminou com um almoço que reuniu associados e familiares num espírito de fraternidade e camaradagem, valores que o 25 de Abril consagrou. •

SERVIÇOS DA DELEGACÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento

Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30

1º Sábado do mês: 10H00/013H00 e 14H00/ 17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos

Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão

3ª Feiras das 15H00 às 19H00

Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde

Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá

Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação

4ª Feira - 14H00/ 17H30

5ª Feira - 9H00/ 12H30

Hospital Militar

4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)

5ª Feira: 14h30/ 17h30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho

2ª a Sábado - Marcação Prévia

Domínios de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis

3ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/ 19H00

Sábados - 9H00/ 19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/ 14H30

1º Sábado do mês - 12H30/ 14H30

Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403

22 832 0744

Fax: 22 832 5242



Opinião

A Guerra Colonial e o 25 de Abril

João Gonçalves

Todos os anos, em Abril, tem chegado à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Delegação de Viseu, pedidos para participar em colóquios, palestras, nas Escolas da região, sobre a temática "Guerra Colonial e o 25 de Abril". É de ficar chocado com o que se verifica relativamente ao desconhecimento dos alunos em tudo o que se refere a esta temática da história recente de Portugal.

Parece-me haver uma cumplicidade bastante gravosa, quer dos historiadores, quer dos escritores, quer de quem é responsável pelo ensino, quer dos mais altos responsáveis que não criam condições para que a história de Portugal seja devidamente administrada como o era no meu tempo de menino e moço.

Falar da guerra colonial em toda a sua

plenitude, penso, muito sinceramente, que ainda não é possível porque as nossas gentes, os jovens, ainda não estão preparados, mas, é imperioso que urgentemente apareça nos manuais das Escolas retalhos sobre as ex-colónias portuguesas de Angola, Guiné, Moçambique, S. Tomé, Brasil e outras. Falar dos descobrimentos das suas gentes, usos e costumes, falar destas colónias que foram portuguesas e hoje são países independentes, falar da forma como Portugal, um País pequeno, deu novos mundos ao mundo, foi colonizador, viveu muitos anos sob o regime do fascismo e hoje é um País livre e democrático.

Falar da guerra colonial, do 25 de Abril, da liberdade, da democracia, é falar dos combatentes, dos Deficientes das Forças Armadas que são símbolos vivos da via para a democracia que os militares, capitães de Abril quiseram com a sua força, com o seu querer,

dar a paz e a liberdade ao povo, cujos lares, ainda hoje, se encontram de luto pelo material humano consumido nas guerras do ultramar que eram obrigados a alimentar, com o envio dos seus filhos para a guerra suicida da década dos anos sessenta/setenta em Angola, Guiné Bissau e Moçambique.

Para que não parem fantasmas nas cabeças dos nossos jovens, estes precisam de saber que nós homens que combatemos pelos valores da liberdade, da democracia e da independência dos povos nas guerras do Ultramar, não somos assassinos, não nos envergonhamos do nosso passado e não temos remorsos, mas sim orgulho por Ter servido o País, assim como os combatentes, os Deficientes de Guerra dos Países Irmãos também, do mesmo modo, se devem sentir orgulhosos por os combatentes deficientes de ambos os povos terem contribuído para a verdadeira independência dos seus Países. •

Donativos de funcionamento da Delegação de Viseu

Está a concretizar-se o projecto da carriinha utilitária para os serviços da Delegação. Agradece-se a todas as entidades, em especial à Câmara Municipal de Viseu e Mangualde, às pessoas amigas da Associação e a todos os associados da ADFA que se uniram em torno deste valioso projecto.

É sempre necessário mais para a boa manutenção da ADFA, mas com a colaboração de todos, vamos continuar em frente na senda do desenvolvimento e do bem estar de todos os amigos desta grande família que é a ADFA.

José A. Serrano, com 25.000 escudos; Andelmo M. Loureiro, com 20.000 escudos; Maia Isabel S. Sá, com 7.800 escudos; João Agostinho M. Ferra, com 3.000 escudos; Constantino C. Sousa; Álvaro J. Marques, com 2.800 escudos; António N. Santos, 2.000 escudos; José P. Dias, Cacilda M. Machado, 1.000 escudos. •

Delegação de Faro em festa

21 anos de luta associativa no Algarve

No passado dia 8 de Abril a Delegação de Faro comemorou mais um aniversário, com um almoço-convívio na COOPOFA, Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C.R.L.

A festa de celebração dos 21 anos da Delegação de Faro contou com a presença de 50

associados, familiares e amigos "que não quiseram perder esta oportunidade de convívio alegre e de são companheirismo", referiu Simão Roças, o representante da Direcção Nacional no encontro. Este associado disse ainda ao ELO que "este tipo de actividades

deve incentivar-se, sendo o aniversário da Delegação um óptimo motivo para estarmos juntos."

O almoço-convívio foi acompanhado por animação musical, sendo servidos os habituais petiscos algarvios.

A Delegação de Faro foi inaugurada no dia sete de Abril de 1979 e a área geográfica que lhe corresponde é a do próprio distrito de Faro, encontrando-se a Delegação sediada em instalações inauguradas na presença do secretário de Estado da Inserção Social, Rui

Cunha, entre outras entidades civis e militares, no dia 17 de Outubro de 1998. A mudança para as novas instalações na Urbanização do Bom João, em Faro, deve-se à celebração de um protocolo entre a ADFA, a Câmara Municipal de Faro e o Centro Regional de Segurança Social local.

Na Delegação de Faro estão registados mais de 420 associados, registando-se uma elevada participação nas iniciativas organizadas pela Delegação. •

R.V.



VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

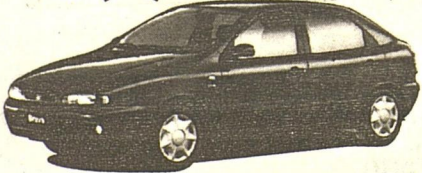



CONCESSIONÁRIO **FIAT**

Contacte os serviços da ADFA

Alberto Pinto

Telf. (01) 757 04 22



Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78

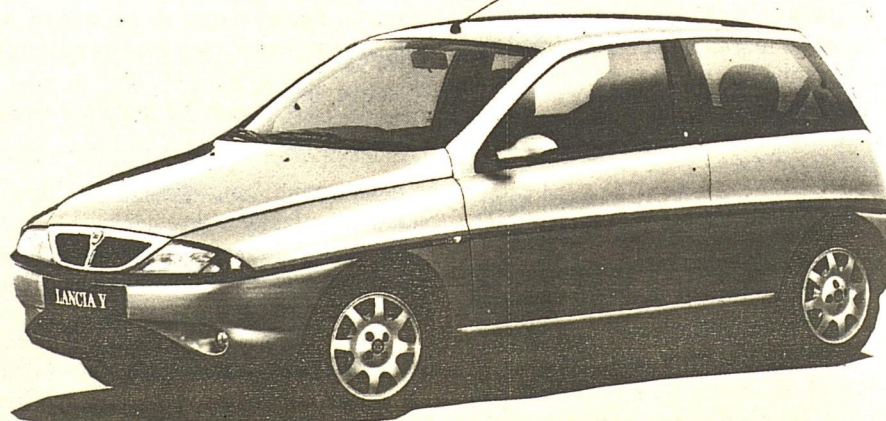
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96

STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO 

Alberto Pinto

Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78

STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96

STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)

ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Gabriel Mubanguiane, presidente do Núcleo do Maputo, em entrevista ao ELO

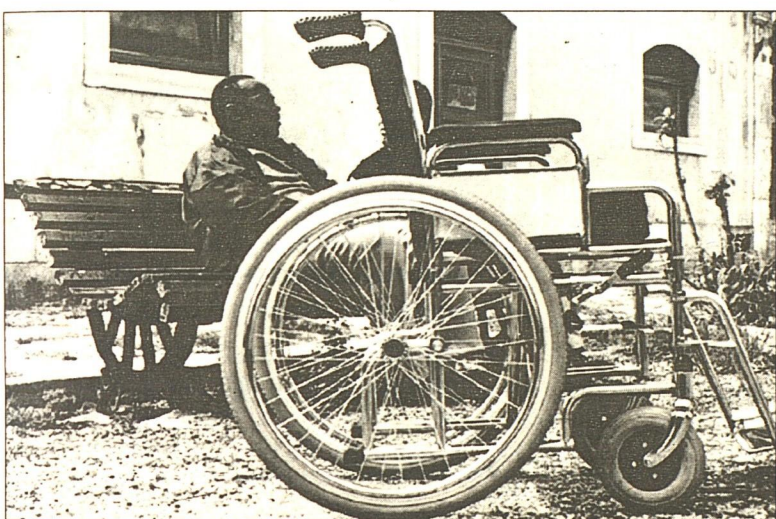
"Surgimos para continuar a ADFA em Moçambique"

FOTOS: FARINHO LOPES

Primeiro cabo da tropa portuguesa no último ano da década de sessenta, ficou deficiente por causa de uma mina anti-carro. A esperança não morreu e os anos em que travou a sua luta pela reabilitação levaram-no à génese do Núcleo da ADFA em Maputo. Hoje é uma referência para os ex-combatentes da antiga tropa portuguesa em Moçambique. Gabriel Mubanguiane não está sozinho no seu trabalho. A ADFA está presente na missão de fazer justiça a quem deu o seu sangue e o seu corpo pela Pátria.

Rafael Vicente

Nasceu na província de Inhambane, a 18 de Junho de 1948. Gabriel Mubanguiane, presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Moçambique (ADFAPM), entre nós, associado e presidente do Núcleo da ADFA em Maputo, era professor primário antes de ser chamado a cumprir os seus deveres militares, em 1969.



Hoje, Gabriel Mubanguiane precisa da cadeira de rodas para se deslocar

"Apresentei-me em Boane, na Escola de Aplicação Militar, onde recebi a instrução e completei a especialidade de atirador", lembra Gabriel Mubanguiane, considerando a interrupção da sua vocação como o facto que despoletou o que viria a suceder-se.

De Boane foi transferido para o distrito de Cabo Delgado, para Meluco, integrado na segunda companhia do Batalhão de Caçadores 16.

"As missões a que nos destinávamos eram operações de combate, onde o que contava era a defesa da Pátria portuguesa", recorda, salientando ainda que sentiu a "obrigação e a exigência das saídas para o terreno".

Esteve em combate seis meses, sendo ferido no dia 12 de Fevereiro de 1970. "Seguíamos em coluna para Porto Amélia e a nossa viatura, carregada de troncos, accionou uma mina anti-carro", explica. "Fiquei debaixo da viatura que se virou", conta o associado, referindo também que, "na altura em que fui socorrido, já não sentia os braços e as pernas."

O incidente trouxe-lhe a paralisção dos membros superior e inferior esquerdos, devido a uma fractura da coluna com compressão da

medula cervical. Foi levado para o Batalhão de Porto Amélia e daí foi evacuado para o hospital do sector de Mueda e depois para Lourenço Marques, ficando internado cerca de 24 meses.

Depois da fisioterapia recomeçou a andar. "Levou o seu tempo, não foi fácil", diz. A mãe e os seus irmãos, acompanharam toda a situação. "Eu era o homem mais

fere que mantinha também encontros com camaradas da tropa. "Nessa altura ainda não tínhamos informações sobre possíveis deslocamentos a Portugal", lembra.

No último ano em que frequentou o curso, Gabriel Mubanguiane conheceu a ADFA, no início da década de oitenta. "Conseguindo deslocar-me a Portugal, apresentei-me no Palácio da Independência, a Sede da Associação na altura, onde fui recebido pelos associados Arruda e Antunes", salienta. Foi acompanhado à Repartição Geral do Exército e ficou um mês no Hospital Militar Principal. O seu processo foi concluído um ano depois.

"A ideia de criar a ADFAPM surge de um grupo de meia dúzia de camaradas que tinham convivido no Anexo, em Lisboa", explica o associado, sorrindo ao referir que "todos os fins de tarde tinham de encontrar-se no bairro de Malhangalene, onde hoje está sedeadada a ADFAPM/Núcleo do Maputo". "Era sagrado aquele encontro que fez com que mais camaradas se juntassem a nós", afirma. "As reuniões decorriam na minha casa", diz.

Demorou três anos até que a Associação se oficializasse perante a Lei moçambicana. As reuniões passaram a ter lugar no último Sábado de cada mês e, "depois de nos terem cedido o terreno, passámos a reunir onde hoje é a nossa Sede, onde naquela altura apenas existia uma árvore, uma Mafureira".

"As pessoas que vão à Embaixada ou ao Consulado português são encaminhados para a minha casa, apesar de termos a Sede a funcionar", refere, lembrando que têm aparecido muitos deficientes militares que procuram resolver a sua situação, "muitas vezes terrivelmente precária e miserável."

"O propósito da criação da ADFAPM foi dar continuação à ADFA em Moçambique", explica o presidente do Núcleo do Maputo.

Os problemas que muito afectam os deficientes militares prendem-se com a falta de meios, de ajudas técnicas. "Muitos sentem-se votados ao esquecimento, sem qualquer pensão e sem meios para rapidamente tratarem dos seus processos", alerta.

Agravando toda esta situação, está sempre presente a realidade de um País devastado pela guerra fratricida, "que não deixou quem pu-

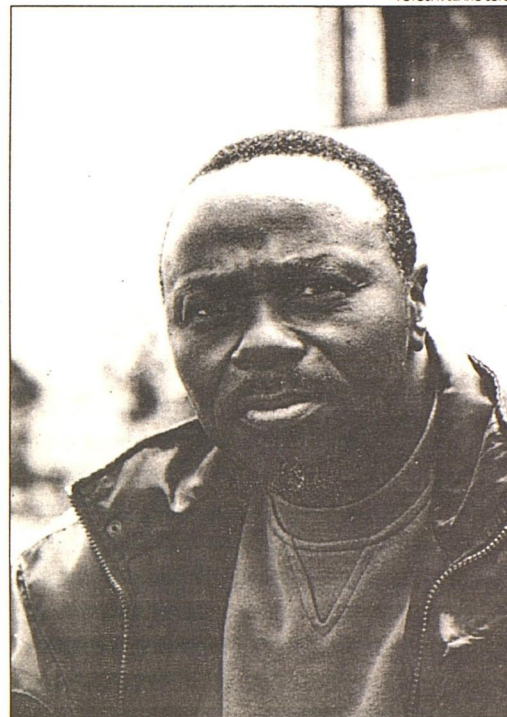
desse salvaguardar os nossos direitos."

A falta de emprego torna-se ainda mais difícil para um deficiente militar. As pensões dos ex-combatentes da Guerra Colonial são diminutas, equivalendo a cerca de cinco contos mensais, "depois de algumas actualizações..."

Gabriel Mubanguiane refere ainda que "há inúmeros deficientes militares por reconhecer, que não podem trabalhar por serem amputados ou cegos, entre muitos outros casos graves."

"O grande problema é conseguir localizar os deficientes militares que estão espalhados por todo o País", lamenta. A guerra civil fez desaparecer da geografia moçambicana localidades inteiras, o que desenraizou as famílias separadas pelo conflito.

Entre os muitos problemas existentes surge a questão suscitada pela criação do DL 348/82, em que o governo português assegurou o direito às pensões de preço de sangue aos órfãos dos militares africanos que combateram por Portugal durante a Guerra Colonial, mas que carece de acordo entre os governos português e moçambicano para que tenha efeitos práticos.



Gabriel Mubanguiane

o montante necessário para a passagem de avião para Lisboa." No entanto, ainda há o alojamento e a alimentação, que são garantidos pelo Anexo do HMP. "Há aqueles que nem são recebidos, depois de todas as dificuldades e de se terem empenhado para vir a Portugal", alerta ainda.

Antes de dar por terminada a conversa com o ELO, Gabriel Mubanguiane lamentou a catástrofe natural que se abateu sobre o seu País. "As inundações foram terríveis e só vieram piorar uma situação já muito frágil", garante e recorda que a Sede no Maputo também acabou por ser atingida pela invasão das águas - "a inundação passou e quase deitava as paredes por terra..."

Em jeito de despedida, o presidente do Núcleo do Maputo deixou



O Anexo do Hospital Militar tem acolhido os associados vindos de Moçambique

Gabriel Mubanguiane, casado e pai de dois filhos, compreende bem as dificuldades da vida depois da guerra e faz questão de realçar os processos dos associados que esperam resolução, "alguns há cinco anos, estando em Portugal, sem a família, tendo cada um que arranjar

um apelo à sensibilização da opinião pública e do governo, no sentido de que, "se existe Democracia, o que deve ser feito é ajudar os deficientes militares que lutaram por Portugal e seus familiares para que tenham uma vida mais digna, com a reabilitação adequada." •

A Guerra viva nos deficientes

O I Congresso Internacional "Guerra Colonial: Realidade e Ficção". Sob este título genérico, decorreu no IDN, de 13 a 15 de Abril, um congresso em que intervieram personalidades de vários quadrantes da política, da cultura (nomeadamente da escrita) da ciência e antigos militares.

A ADFA foi convidada a participar, tendo sido apresentada uma comunicação da Direcção Nacional, lida perante o Congresso por Santa Clara Gomes, em nome da mesma. Esta intervenção teve lugar na Mesa 98, em que participaram também a Dra. Teresa Infante, com o tema "As consequências psicológicas da Guerra Colonial"; o professor Afonso de Albuquerque (moderador da Mesa) com "Stress de guerra: a ferida encoberta"; Humberto Sertório (representado, face à abertura do IV Congresso da ADFA) com "A Guerra Colonial ainda não acabou"; Dr. João Monteiro Ferreira com "Stress pós-traumático e adaptação"; e professora Margarida Ventura com "Angola: guerra colonial e guerra civil - um estudo comparativo".

Da comunicação da ADFA, destacamos os seguintes pontos:

- Para nós, DFA, é falar das suas consequências humanas, e do sofrimento que ainda hoje transportamos connosco e com as nossas famílias;

- A ADFA, ao contrário de organizações precedentes, rejeitou em absoluto a caridade, remetendo para o Estado a obrigação da reabilitação e reintegração social dos deficientes. Com essa filosofia foi fundada a 14 de Maio de 1974, logo após o 25 de Abril.

- Foi o DL 210/73 que estabeleceu pela primeira vez medidas no campo da reabilitação, e incluiu todos os militares do QP e QC, deficientes em consequência de serviço de campanha, manutenção de ordem pública, ou acto humanitário ou de dedicação à causa pública.

- Muito embora a Liga dos Combatentes tivesse sido criada em 1923 como estrutura reivindicativa, ficou apagada nas novas circunstâncias. Foi a Cruz Vermelha, através da sua secção feminina que assumiu um papel na reabilitação dos deficientes, nomeadamente na actividade do Centro de Alcoitão, do Lar da Parede, do Hospital Militar de Hamburgo e Lar Militar da Cruz Vermelha. É de salientar que, continuando o Lar na dependência da CVP e como tal subsidiado pelo MDN, tem servido mais as companhias de seguros do que os deficientes militares.

- O DL 43/76, embora materializando o direito à reparação, reabilitação e integração dos deficientes em campanha e situações análogas, deixou de fora os designados "em serviço", entregues ao Estatuto da Aposentação tal como no tempo do regime anterior. Este tem sido um dos motivos de combate da ADFA ao longo dos últimos 25 anos.

- A falta de resposta adequada do aparelho de Estado obrigou a ADFA a criar uma estrutura interventiva a três níveis: como prestadora de serviços de reabilitação e assistência; a apontar soluções legislativas, informalmente ou através de canais oficiais; e pela reivindicação pura e simples.

- A ADFA conseguiu que o Governo



O painel em que a ADFA participou

criasse o Conselho Consultivo Para os Assuntos dos DFA, englobando representantes do MDN e dos três Ramos das FA, que tem contribuído para inverter a situação de algum ostracismo que permanecia, mesmo após o 25 de Abril. São exemplos disso a lei dos prisioneiros de guerra, a do "stress de guerra" e a instituição da categoria dos Grandes Deficientes da Serviço Efectivo Normal.

- A ADFA tem um número de Associados que ronda os 14.000, com mais 4 a 5.000 candidatos a associados. Destacam-se cerca de 1.000 deficientes africanos em Moçambique, e cuja situação tem demorado a ser resolvida.

- Foram referidas a acção da Tipografia-Escola, a formação profissional, o apoio jurídico aos associados, a publicação de O ELO e a criação de outros serviços de alcance social.

Foi dado especial destaque ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, considerado modelo em todo o País.

- Foi referida a luta da ADFA pelo reconhecimento do "Stress de guerra" e referido o projecto de Rede Nacional de Apoio, como meio de recuperar as suas vítimas, bem como das nossas preocupações com a terceira idade dos DFA.

- A intervenção terminou com a rejeição em bloco do disposto no DL 503/99 e da necessidade da criação de legislação específica para os militares na área de acidentes e doenças profissionais, e com uma lista dos assuntos e pontos de reivindicação que seriam debatidos durante o IV Congresso da ADFA.

Nuno Santa Clara

Consequências físicas e psicológicas da guerra

O contributo da ADFA

O 1º Congresso Internacional intitulado "A Guerra Colonial: Realidade e ficção" realizou-se em Lisboa, no Instituto de Defesa Nacional, nos passados dias 13, 14 e 15, e, no Porto, no Teatro Rivoli de 18 a 21 de Abril.

Com a Guerra Colonial como pano de fundo, os temas propostos a debate foram muito bem escolhidos e principalmente apresentados, expondo-se vários aspectos da mesma, desde a sua natureza, testemunhos, causas e consequências (em especial estas últimas), até à forma como é apresentada nas diversas artes como a literatura e o cinema.

No painel intitulado "Consequências físicas e psicológicas da guerra" a ADFA participou de duas formas: como orador do tema e como assistente interveniente no debate através dos seus associados (que foi uma constante ao longo de todo o Congresso).

A Dra. Teresa Infante, subordinada às "Consequências psicológicas da guerra colonial nos indivíduos" alertou, de uma forma muito simples e clara, associada a sua experiência como psicóloga na ADFA, para os sintomas do Stress de Guerra, pelas formas como se apresentam e respectivas causas e consequências. Esta apresentação teve um carácter muito humano, finalizando-se com testemunhos de doentes, resumindo-se, e como disse a oradora "foram preparados para seguirem um inimigo e esse inimigo está a segui-los para o resto da vida".

O professor Afonso de Albuquerque iniciou a sua exposição sobre "Stress de Guerra: a ferida encoberta", numa base histórica de aceitação deste stress como doença. Assim, a primeira abordagem do mesmo, foi um médico norte americano, que, ao constatar problemas cardíacos nos soldados da Guerra Civil Americana, designou de "coração irritável". Mais tarde, nas duas grandes guerras mundiais, surge o conceito de "shell shock", significando "em estado de choque". Finalmente, com a Guerra do Vietname é que se designa de Stress Pós-Traumático. O professor apresentou um estudo que compara a Guerra Colonial com a Guerra do Vietname, desde os factores de stress mais comuns a todas as guerras até à especificidade de cada uma. Abordou-se o facto de, apesar do stress de guerra constar, desde 1993, na classificação mundial de doenças, ser difícil e pouco uniforme a sua aceitação geral como doença, não só pela classe médica, como pelos próprios doentes em si, e até por classes militares.

A ADFA, representada por Santa Clara Gomes, abordou o tema "A Guerra Colonial ainda não acabou". Assim fez-se ouvir protestos pela responsabilização e dignificação de que a sociedade é obrigada pelos seus ex-combatentes e deficientes, em especial os deficientes das Forças Armadas.



A assistência testemunhou revoltas sentidas e não esquecidas

O Dr. João Monteiro Ferreira expôs "stress pós-traumático e adaptação" apresentando estudos desde os acontecimentos traumáticos aos problemas durante o processo de adaptação.

A Dra. Margarida Ventura, professora na Universidade Agostinho Neto e psicóloga em Angola, apresentou um estudo piloto em Portugal com 40 ex-combatentes. Expostas as dificuldades na realização do mesmo e respectivos critérios de análise, demonstrou que a média geral de SPT era elevada, independentemente a que exército pertenciam (português ou do FAPLA - MPLA), mas a intensidade era bastante maior no grupo de ex-combatentes do exército português.

Os assistentes, demasiado atentos, não pouparam a críticas aos oradores, intervindo em grande número, em que, por vezes, deixou-se de debater as questões expostas para testemunhar revoltas sentidas e não esquecidas.

Para finalizar, deve felicitar-se a Comissão Organizadora pela ideia que teve, pela escolha dos temas expostos, pelas personalidades convidadas e, sobretudo, pela coragem em debater tão abertamente a Guerra Colonial. Esperemos que este congresso seja um forte impulso para mais debates, porque a vergonha nacional é mais vergonhosa se for esquecida e não compreendida.

Marta Vasco Carreiro

O IV Congresso abriu as portas!

FOTOS: FARINHO LOPES



A ADFA disse sim ao Futuro

Pode afirmar-se, com base na verdade, que o IV Congresso se constituiu em jornadas do mais alto valor, pelos níveis da participação e intervenção associativas que, em exercício aberto e democrático, evidenciaram uma ADFA plena de pujança e conteúdo, assim continue a adesão dos deficientes mi-

litares aos debates pela aplicação das conclusões, que dele emergiram.

Relembre-se:

- O rápido e muito proveitoso trabalho das Comissões Especializadas do Conselho Nacional, que lançaram os grandes temas para a discussão, animada por todo o país, e que

serviram de suporte ao aparecimento das teses;

- A tempestiva apresentação de 26 teses, que organizadas em quatro grandes áreas, por solução da Comissão de Redacção, permitiram a sua melhor abordagem e a feliz produção das sínteses, documentos orientadores, quer da preparação dos delegados, quer dos debates do próprio Congresso;

- O interesse e envolvimento dos associados, desde a discussão dos temas, à formação de listas e participação no acto eleitoral, do estudo das teses, por parte dos delegados, ao âmbito elevado e livre da divulgação das ideias que defendiam, para assegurar o seu futuro e o da ADFA.

- Por tudo isso, as conclusões produzidas não poderiam ter outro, que o superior plano em que se colocaram. Partindo-se de um trabalho aberto, transparente e envolvido por todo o sector associativo, difícil se tornaria que assim não fosse!

- Das sessões públicas, de abertura e encerramento, sobressaiu a vontade política, sempre expressa pelas entidades oficiais, do apoio possível aos problemas, ainda subsistentes, dos deficientes militares.

- Da sessão de encerramento, ressaltou:

- A solicitação do apoio da ADFA, para o

equacionamento, que leve à solução dos problemas dos ex-militares e deficientes de guerra de Timor Loro Sae, ao que a nossa Associação contestou afirmativamente. Resposta digna, mas importa que as nossas dificuldades, que já não podem esperar, não fiquem no fundo das gavetas da espera;

- A informação de que, por questões da globalização, e dado o que já se pratica na restante Europa, a legislação portuguesa, para deficientes militares, tenderá a ser incorporada, em panorama ainda desconhecido, num conjunto legal, aplicável aos antigos combatentes. Talvez algo a merecer a nossa reflexão atenta!

- O IV Congresso encerrou, mas agora é que se inicia a aplicação das suas conclusões!

- A partir de 16 de Abril, ele abriu as portas da renovação da ADFA e do livre trânsito, por elas, por parte dos associados. Por isso, cabe-nos a todos o permanente estado de crítica construtiva, para que as conclusões do IV Congresso se constituam em matéria viva, e não num conjunto de frases mortas, encerradas na formalidade de um livro, que amareleça na fria prateleira do adormecimento... *

A Comissão Organizadora do IV Congresso

Conclusões de um intenso debate associativo

Do debate e discussão das teses apresentadas pelos delegados ao IV Congresso da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, realizado nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 2000 no Lisboa Penta Hotel, resultaram as seguintes conclusões:



O ministro da Defesa Nacional presidiu à Sessão de Encerramento onde foram lidas as conclusões

I - OS DEFICIENTES MILITARES: DIREITOS, GARANTIAS, LEGALIDADE, JUSTIÇA

1. A ADFA deve ter um caderno reivindicativo de medidas legislativas perma-

nentemente actualizado, elaborado pela Direcção Nacional e aprovado pelo Conselho Nacional.

2. A Direcção Nacional deve informar com regularidade o Conselho Nacional da

evolução das reivindicações legislativas em curso.

3. A ADFA deve ter sempre elaborado um Estatuto do Deficiente Militar que inclua definições de conceitos, direitos e tramitação processual.

4. A ADFA deve lutar pela especificidade do serviço militar, procurando que a reparação dos deficientes militares seja diferente da dos funcionários públicos, como aliás resulta da lei.

5. Assunção inequívoca das responsabilidades do Estado Português perante os então cidadãos de origem africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na guerra colonial, como militares, milícias e civis, e que se deficientaram ao seu serviço com incapacidades de carácter permanente.

6. Todos os deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias por forma a eliminar todas as discriminações, nomeadamente nas questões relativas à aplicação do conceito de campanha, a graduações/promoções, no tratamento de deficientes de origem africana, na progressão nos escalões e dos que foram presentes a juntas de saúde antes e depois do DL 43/76, de 20 de Janeiro.

7. O conceito de campanha deverá ser

interpretado por forma a abranger todos os deficientes militares cujos acidentes ou doenças ocorreram em instrução ou ambiente de campanha.

8. Todos os acidentes ou doenças provocados por qualquer tipo de armamento ou salto de pára-quedas são sempre considerados de risco agravado.

9. Extensão dos direitos consignados nos art.ºs 14º e 15º do DL 43/76, de 20 de Janeiro, a todos os deficientes militares.

10. Extensão do prazo de revisão por agravamento estabelecido no art.º 6º do DL 43/76, de 20 de Janeiro, a todos os deficientes militares.

11. Pugnar pela adopção de medidas legislativas que superem a actual degradação das pensões dos deficientes em serviço e pensões de sangue.

12. Para efeitos de transmissão de pensão estabelecida no art.º 8º do DL 240/98, de 7 de Agosto, deve ser criado um limite mínimo não inferior à pensão social.

13. As mulheres de grandes deficientes militares a quem seja reconhecida a necessidade de terceira pessoa, deve ser atribuído um conjunto de direitos compensatórios, nomeadamente em relação à si-

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

tuação profissional e ao quantitativo da pensão de viúva.

14. Dada a natureza indemnizatória das pensões dos deficientes militares, o tempo de serviço prestado ao Estado e/ou no sector privado antes da atribuição daquela indemnização deve poder relevar para efeitos de pensões de reforma ou de aposentação.

15. Os deficientes em serviço devem ter abono suplementar de invalidez a partir dos 30% de incapacidade.

16. Os GDSen devem sê-lo a partir de 60% de incapacidade.

17. O novo conceito de acidentes "in itinere" deve ser aplicado a todos os deficientes militares, permitindo-se a revisão do processo para o efeito.

18. Deve ser suspensão de imediato a aplicação aos militares do DL 503/99, de 20 de Novembro, e elaborado diploma próprio para os mesmos.

19. Os princípios processuais a seguir são os constantes do documento da FMAC (6ª Conferência de Legislação) e as respectivas tramitações devem ser uniformizadas.

II - A ADFA, O ASSOCIATIVISMO E AS SOLIDARIEDADES

II.1. Relações a nível internacional

II.1.1. Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC)

20. A ADFA deve contribuir para o aperfeiçoamento dos actuais objectivos da FMAC, hoje voltados para as novas atribuições das Forças Armadas, na sua função de manutenção da paz e acções humanitárias, designadamente na prestação de apoio às populações vítimas das violências e deslocamentos, que as guerras têm espalhado por todo o mundo.

21. A ADFA deve pugnar por que os órgãos dirigentes da FMAC se rejuvenesçam com transparência democrática, reflectindo a realidade dos seus membros, originários dos conflitos mais recentes, sem descurar, contudo, as experiências dos provindos de guerras anteriores.

22. A ADFA deve insistir em que a FMAC se abra, sempre e mais, à resolução pacífica dos conflitos e na participação visível e objectiva na resolução dos graves problemas, que as guerras aportam à humanidade, sobretudo aos seus elementos mais vulneráveis: os deficientes e as desprotegidas populações civis.

23. A ADFA deve continuar a empenhar-se, dentro das responsabilidades que lhe estão, ou possam vir a estar cometidas, na tarefa grandiosa de solidariedade e apoio objectivo às vítimas dos conflitos armados, que eles diariamente lançam nos caminhos do sofrimento e exclusão.

II.1.2. Cooperação

24. A ADFA deve incentivar o bom relacionamento, já existente, com os antigos combatentes e deficientes de guerra de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e ampliá-lo aos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Timor Lorosae.

25. A ADFA deve encorajar as organizações dos países lusófonos, ainda não filiadas, a integrar a FMAC, a fim de que, no seu seio, todas as associações que partilham a língua portuguesa criem uma frente de entendimento e formação de opinião, no sentido do encontro de resoluções que sirvam os anseios e necessidades dos deficientes e vítimas de guerra lusófonos.

26. A ADFA deve mover influências,

conhecidas as graves dificuldades, sobretudo dos deficientes de guerra de alguns países lusófonos, para que, com o empenhamento da FMAC e daquela união solidária das suas filiadas desses países, se obtenham, junto da ONU, UE e Organizações dedicadas, meios de financiamento que, no terreno, promovam a edificação e recuperação de estruturas de reabilitação, quase inexistentes, que devolvam à vida autónoma os deficientes daqueles países.

27. A ADFA deve encarar tal preocupação como sua e, junto das instituições públicas e privadas, a nível europeu e nacional, captar os meios e conhecimentos que possam contribuir para tão meritória tarefa, intervindo nela com a sua experiência e o "know how" do CRPG.

28. A ADFA deve intervir, nessas áreas, por forma descomplexada, aberta e avançada, em cooperação fraterna com todos os deficientes de guerra, dos países com os quais o nosso manteve conflitos bélicos.

II.2. Relações a nível nacional

II.2.1. Associativismo Militar

29. A ADFA deve assumir a sua quota-parte na defesa da dignidade da condição militar dos seus associados.

30. A ADFA deve pugnar, para que se



A Assembleia na votação de uma proposta

consensuem estratégias comuns e pontuais, com o movimento associativo militar, sempre que isso represente elevação da qualidade de vida e da dignidade dos deficientes das Forças Armadas.

II.2.2. Associativismo de deficientes

31. Cabe à ADFA, em conjugação de esforços com as outras associações de deficientes, buscar forma de reiniciar um processo, onde todas encontrem o novo caminho, que leve ao conhecimento público os problemas de mais de um milhão de cidadãos (cerca de 10% da população portuguesa);

32. Cabe à ADFA, em conjugação de esforços com as outras associações de deficientes, impor às estruturas, com responsabilidade nas matérias da reabilitação, que, mais do que abafarem o movimento associativo, atribuindo-lhe subsídios, com base em critérios de distribuição por vezes contestáveis, resolvam os reais problemas da população deficiente do nosso País. Em suma, que adaptem e apliquem uma coerente política nacional de reabilitação à actual situação que vivem os deficientes portugueses.

33. Cabe à ADFA, em conjugação de

esforços com as outras associações de deficientes, assumir o encargo de movimentar, tão significativa fatia da nossa comunidade, caso não se alterem, significativa e positivamente, os comportamentos das estruturas nacionais da reabilitação, em relação a ela.

34. A ADFA, com a capacidade que ainda pode desenvolver, dentro deste movimento de deficientes, tem a responsabilidade objectiva de canalizar todo o seu conhecimento para que, em harmonia, com clareza de procedimentos e intenções e em missão de serviço à causa dos deficientes portugueses, possa contribuir, e colaborar, no encontro de uma via associativa que concorra para o seu definitivo reconhecimento, como seres com todas as garantias do livre exercício do direito à cidadania plena.

III - A DIMENSÃO HUMANA NA REABILITAÇÃO

35. Necessária continuidade, e acentuação, do envolvimento do MDN e da estrutura de saúde militar em todo o processo de reabilitação.

36. Necessidade de interagir com outras instituições públicas e privadas, com vista ao estabelecimento de protocolos de cooperação, no âmbito das prestações de

serviços de apoio e melhoria do seu funcionamento.

37. Implementação de serviços de apoio à saúde e domiciliário, e de centros de dia, a nível nacional.

38. Incremento de serviços de residência protegida.

39. Formação de quadros e voluntários, para prestação de serviços de apoio.

40. Organização de actividades ocupacionais, desportivas, culturais e outras, motivadoras do bem estar e companheirismo.

41. Desenvolvimento de iniciativas, para emprego protegido ou próprio.

42. Desenvolvimento de sistemas de pesquisa e difusão de informação, na área das novas tecnologias de reabilitação, para apoio e conhecimento dos associados.

43. Que sejam feitos levantamentos sistemáticos, a nível nacional, através de metodologias e meios convenientes, e actualização permanente e divulgação no jornal ELO.

44. Que o Lar Militar seja exclusivamente para deficientes militares e que estes também tenham acesso ao Lar Militar de Runa.

IV - A VIDA ASSOCIATIVA NA ADFA

45. A ADFA, pela força dos seus Estatutos, é uma instituição eminentemente social e vocacionada para a defesa e reivindicação dos direitos dos deficientes militares.

46. Para a prossecução destes objectivos, a ADFA constituiu e deve manter e desenvolver uma estrutura de serviços aos seus associados que necessita de meios económicos e financeiros para a sua sustentação.

47. Para a consecução de tais meios, a ADFA deve criar uma estrutura de gestão, subordinada aos objectivos estratégicos da associação, que enquadre e intervenha na prestação de serviços (saúde, lares, apoio domiciliário, etc.) para os associados e seus familiares, numa perspectiva de abertura e de solidariedade com todos os deficientes, podendo, inclusive, abrir-se a parcerias com outras organizações ou outras formas de colaboração.

48. Compete ao Estado garantir os meios para a concretização de tais objectivos, incluindo os programas que tenham como finalidade a coesão social.

49. Todavia, em complementaridade ao apoio do Estado, a ADFA elaborará os seus projectos ligados a áreas de interesse para a instituição e seus associados.

50. Nesta perspectiva, impõe-se também a reorganização de algumas delegações e a sua inserção na comunidades local, assim como a criação da Delegação de Lisboa, antes das próximas eleições nacionais.

51. As actividades de âmbito económico-financeiro, para responder aos objectivos traçados, devem estar enquadradas num modelo de gestão que atenda aos seguintes pressupostos:

51.1. A gestão por objectivos nas áreas estratégicas definidas pelos órgãos representativos que têm obrigação de conhecer a ADFA no seu todo (Direcção Nacional, Conselho Nacional e Conselho Fiscal Nacional).

51.2. Estrutura de gestão social, autónoma e profissional, a quem deve ser atribuída a responsabilidade total da gestão dos projectos elencados pela estratégia da ADFA.

51.3. Estrutura de gestão económica que assente num enquadramento jurídico, em que o controle seja da ADFA.

51.4. Estrutura de gestão social em que a eficiência económica seja salvaguardada, que conduza a mais e melhor prestação de serviços e onde as eventuais mais valias obtidas sejam aplicadas na melhoria desses projectos ou no financiamento de outros definidos pela ADFA.

51.5. Uma estrutura de gestão social onde estejam salvaguardados os mecanismos de controle que só à ADFA cabem, para evitar eventuais desvios aos princípios definidos pelos legítimos representantes da ADFA.

52. Toda e qualquer actividade da ADFA deve estar sujeita à apreciação e controle dos respectivos órgãos.

53. Criação de conselhos técnicos de reabilitação nacional e regionais, nos quais se representem as deficiências dos associados, funcionando como primeiros e privilegiados conselheiros dos respectivos órgãos executivos.

54. Consagração estatutária das estruturas organizativas da ADFA (v. g. núcleos no estrangeiro), com enquadramento e denominação que se coadune juridicamente com a legislação portuguesa e a dos respectivos países.

Sala do Congresso em Lisboa, aos 16 de Abril de 2000

Primeira sessão de trabalhos do IV Congresso

Delegados discutem legislação



João Gonçalves (Viseu) apresentou a sua tese

Ao iniciar a primeira sessão de trabalhos, pelas 21h00, foi notada a ausência, por motivos de saúde, do associado Jorge Maurício, tendo sido lembrada pela Mesa a "valiosa intervenção associativa que tem exercido durante tantos anos".

Patuleia Mendes, da Comissão Organizadora Nacional do IV Congresso, deu conta dos trabalhos que envolveram o planeamento deste encontro associativo.

Depois de eleito o Secretariado que ficou composto por Jaime Ferreri (presidente), Manuel Ferreira e Manuel Branco (secretários), foi pedido pelos eleitos que os associados José Dinis, Adelino Guerra e Guedes

da Fonte constituíssem a Comissão de Redacção do Congresso, o que foi aceite.

Através da apreciação de uma proposta da Mesa, deliberou-se por maioria que a área relativa à "Vida Associativa da ADFA" fosse apresentada e debatida no último dia do encontro, 16 de Abril, passando a ser apresentadas as teses relativas aos "Deficientes Militares: Direitos, Garantias, Legalidade e Justiça" (Reivindicações Legislativas), em períodos de dez minutos para cada tese, a que se seguiu o debate.

A metodologia seguida teve como base o que foi publicado no ELO.

Adelino Guerra apresentou a sua tese,

considerando a premência da elaboração de um estatuto do deficiente militar, sem esquecer os deficientes em serviço.

Nicolau Rufino salientou a importância da criação de melhores condições de vida para os deficientes militares, em termos das vantagens sociais de que podem auferir. "Temos que criar condições para que amanhã os nossos filhos não caiam em situações de falta de apoio" referiu, lembrando ainda que "há que esclarecer as entidades oficiais, e explicando todos os pormenores do que ainda falta fazer."

Abel Fortuna referiu-se ao trabalho que constituiu a tese por si explanada, aludindo ao levantamento da situação de 300 associados da área da Delegação do Porto e afirmando ser espelho do "problema maioritário a resolver pela Associação junto das entidades competentes."

"Trata-se não só de conseguir uma reparação material, como também de alcançar um reconhecimento nacional do sacrifício de quem tanto deu pela pátria", avançou ainda.

O associado João Gonçalves afirmou, na explanação da sua tese, que "temos constatado a forma como a ADFA mobiliza a massa associativa."

Considerou ainda que o trabalho apresentado reflete as preocupações mais prementes dos associados consultados, nomeadamente quanto ao apoio social, assistência médica e medicamentosa, entre outras, apoiando a criação de um Estatuto do deficiente militar.

Luís Noronha realçou as diferenças entre o serviço militar do tempo da Guerra Colonial e o que se preconiza actualmente,

com a profissionalização e voluntariado, considerando que o acréscimo de risco emanante de todas as etapas do serviço militar também é importante para esta discussão.

O associado Luís Noronha salientou ainda que "devemos ter um estatuto militar que consagre as nossas diferenças, assim como devemos pugnar por condições melhores para todos."

As especificidades de cada caso, de cada deficiente militar, e o nível de risco de contacto com acidentes em áreas consideradas de intervenção foi outro ponto da apresentação deste associado.

Abel Fortuna voltou a intervir para defender que "a nossa Associação não deve estar fechada, deve abrir-se às comunidades em que está envolvida, através das delegações e núcleos", realçando ainda que "a política de integração deve ser continuada, para obtermos o respeito das comunidades, numa perspectiva de verdadeira solidariedade."

Catarino Salgado alertou para a publicação de um diploma (DL 503/99) sobre os acidentes em serviço e doenças profissionais na Função Pública que pode pôr em causa as questões em debate. Apresentou a posição da ADFA, já publicada no ELO, em que a Associação recusa totalmente que este diploma venha a interferir negativamente na situação dos deficientes militares. "Imediata suspensão deste diploma", foi a tomada de posição da ADFA, lembrada por Catarino Salgado.

Antes de serem encerrados os trabalhos da noite de 14 de Abril, abriu-se um período de debate no qual foram avançadas sugestões que foram remetidas à Comissão de Redacção.

Foi ainda votada na generalidade, com aprovação por maioria, a síntese relativa às reivindicações legislativas. •

R.V.

Segunda sessão de trabalhos

ADFA e o associativismo

"A ADFA, o Associativismo e as Solidariedades" (Associativismo Externo) foi a área debatida no período da manhã de 15 de Abril.

Abel Fortuna disse que "deve manter-se a ligação com a estrutura militar, respeitando a dimensão clara e transparente dessa ligação."

Manuel Lopes Dias falou da relação da ADFA com o associativismo militar, salientando que "devemos assumir o aprofundamento das relações da ADFA com todas as organizações que emergem dos cidadãos militares e ex-combatentes", considerando ainda que "A Associação não pode esquecer os jovens que hoje estão a representar Portugal em missões de Paz, potenciais deficientes militares pelo risco a que se sujeitam."

"Temos todo o interesse em acompanhar o movimento do associativismo militar, sem que para isso seja necessário criar um organismo de cúpula que reuna todas as instituições", defendeu o associado.

Catarino Salgado referiu que a ADFA deve tornar-se mais interventiva na FMAC criando-se um grupo de trabalho, mesmo

através da internet. "Estivemos numa guerra, por isso estamos em condições de melhor falar sobre a construção da Paz", salientou ainda, lembrando também a possibilidade de transformação do Núcleo da ADFA em Moçambique em Filial, com a consequente alteração dos Estatutos da Associação.

Sá Flores aludiu à realidade degradante em que vivem alguns deficientes, com péssimas condições de habitação, tratamento social e mesmo a nível educacional. Levantou questões face ao atendimento nos hospitais militares, devendo a ADFA pugnar para que se dê prioridade aos grandes deficientes.

Humberto Sertório leu a comunicação de Jorge Maurício sobre a reabilitação, em que o associado refere que "a ADFA de hoje é generalista e pouco preocupada com as especificidades de cada um de nós."

"Falta ir a casa do associado, saber que soluções podem concretizar-se para a terceira idade e conhecer as inovações em termos de ajudas técnicas", lembrou referindo que "a prioridade da ADFA deve ser redefinir o conceito de Grande Deficiente, ponderando a partir de que percentagem um



Domingos Seca (Bragança) também interveio no debate

deficiente pode ser assim considerado." Para Jorge Maurício o ELO deve estar ao serviço da reabilitação, com novidades sobre as novas tecnologias/ajudas técnicas. Este associado defendeu ainda na sua tese que "compete à ADFA acompanhar os associados nos seus lares e famílias, quando necessário", bem como falta humanizar a Associação para melhor acolher, devendo continuar-se a sensibilizar a opinião pública.

O associado Gabriel, do Núcleo de

Moçambique, aludiu às dificuldades nas deslocações dos associados a Portugal, apesar da ajuda da ADFA. Reforçou a ideia da filial da ADFA em Moçambique.

Após leitura da síntese, esta foi aprovada por maioria na generalidade, sendo também aprovada a exclusão do ponto que se refere à inclusão da ADFA numa estrutura de cúpula congregadora das associações de militares. •

R.V.

Terceira sessão de trabalhos

Reabilitação em debate



Humanizar mais a ADFA no relacionamento com os associados foi a palavra de ordem no debate sobre a Reabilitação. Os congressistas decidiram incentivar a colaboração, baseada nos apoios do Estado, com outras instituições, para melhorar as condições de vida dos associados e dos deficientes em geral.

A continuação e acentuação do envolvimento do Ministério da Defesa Nacional

e da estrutura de saúde militar em todo o processo de reabilitação é uma das prioridades da ADFA, apresentadas na terceira sessão de trabalhos do IV Congresso, no dia 15 de Abril.

A interacção com instituições públicas e privadas, para estabelecer protocolos de cooperação para prestação de serviços de apoio à saúde e domiciliários, envolvendo centros de dia a nível nacional, foi outra das premências manifestadas nesta sessão.

"Falar de reabilitação implica a formação de quadros e voluntários, uma vez que conhecemos bem a fraca qualidade dos serviços de apoio que nos são actualmente prestados", referiu o associado Alfredo Mau. "É necessário que se faça um levantamento nacional sobre os deficientes militares no País", foi a proposta que o associado deixou na Mesa e viu ser aprovada pelo Congresso.

As actividades ocupacionais, "motivadoras do bem estar e companheirismo", promotoras de iniciativas para o emprego protegido e próprio foram ideias avançadas nas teses apresentadas nesta tarde.

A pesquisa e difusão de informação, na área das novas tecnologias de reabilitação foi considerada fulcral para que se implementem as medidas necessárias para a melhoria das condições da reabilitação dos deficientes militares.

"É necessário que todos nos preocu-

pemos com a problemática do stress de guerra, mesmo que não o sintamos na carne e no espírito", referiu Mário Inácio. "Não podemos olhar apenas para nós próprios, temos que pensar também nos nossos camaradas que sofrem com esta doença", referiu.

A reabilitação constitui um processo integrado, multifacetado e contínuo, considerados os factores familiar e social, conforme foi apresentado na síntese sobre a reabilitação.

"A Associação tem que se remodelar", lembrou Patuleia Mendes, valorizando o humanismo e companheirismo como factores para a reabilitação. "A ADFA não pode ser como o Cristo Rei, que está de braços abertos, mas distante e frio", disse.

Ainda foi aprovado pelo Congresso que a ADFA deve assumir uma posição dinâmica, indo ao encontro de associados, em vez de se tornar numa instituição burocrática e administrativa. Responder aos apelos e necessidades dos associados deve ser a prioridade da Associação, segundo foi avançado pelos congressistas.

O plenário vibrou com a proposta de Armindo Roque, que advogava a exclusividade da utilização dos lares Militar da Cruz Vermelha e de Runa pelos deficientes militares. O Congresso aprovaria, no entanto, e por maioria, o regresso do Lar Militar às suas origens e o acesso dos deficientes militares ao Lar de Runa. De resto, a preocupação com a criação de estruturas de apoio à terceira idade, desde os centros de dia ao apoio domiciliário e aos minilares descentralizados foi a tônica dominante. •

R.V.

Nos três dias de debate

IV Congresso da ADFA na internet



Todas as etapas do IV Congresso Nacional da ADFA estão patentes no site oficial da Associação.

A equipa do ELO, com a colaboração do Departamento de Informática, procedeu à produção das informações que, por cinco vezes durante o Congresso, foram inseridas na net.

A informação foi sendo produzida à medida que os trabalhos iam decorrendo e durante as horas de almoço e jantar foram enviadas por e-mail para o Departamento de Informática da ADFA, ao mesmo tempo que as fotografias eram reveladas no laboratório, sendo também enviadas para a Sede da ADFA. O trabalho de equipa compensou e a coordenação da produção informativa valeu a distribuição de imagens do site logo na primeira sessão de trabalhos.

O próprio secretário de Estado da Defesa, José Mourato, antes da Sessão de Abertura do Congresso, se referiu ao site, destacando a sua recente actualização.

A versão "on line" dos trabalhos do IV Congresso inclui mesmo todos os preparativos que, desde Março de 1998, foram sendo efectuados pelos associados que se empenharam na concretização deste evento associativo nacional.

No espaço reservado ao Congresso foi criada uma barra lateral, com as hiperligações aos documentos em que se baseou todo o encontro.

Depois da mensagem de apresentação do IV Congresso na net, o cibernauta pode aceder ao regulamento, ao programa, às listas de delegados por eleição e por inerência, à lista das teses agrupadas nas quatro grandes áreas de debate - Reabilitação, Legislação, Associativismo Externo e Desenvolvimento. Finalmente, na mesma barra de ligações virtuais colocaram-se as seis notícias sobre os trabalhos dos delegados.

As conclusões do Congresso foram também publicadas na íntegra em espaço próprio.

O Departamento de Informática referiu que o site da ADFA e toda a informação relativa ao IV Congresso estará preparada para que os associados cegos a ela possam ter acesso dentro em breve. •

R.V.

Quarta sessão de trabalhos

A Vida Associativa da ADFA

A manhã do dia 16 de Abril, Domingo, trouxe a debate a quarta e última área intitulada "A Vida Associativa da ADFA", com a apresentação de cinco teses.

Os congressistas deliberaram que a ADFA "deve manter e desenvolver uma estrutura de serviços aos seus associados", dado que, segundo os seus Estatutos, a Associação é uma instituição "eminente social", vocacionada para a defesa e reivindicação dos direitos dos deficientes militares.

O plenário referiu-se à criação de uma estrutura de gestão que implemente novos modelos de desenvolvimento da ADFA. A nova estrutura de gestão ficaria na dependência da Associação, a nível político e estratégico.

Uma vez mais valorizou-se a abertura de parcerias com outras organizações, lembrando-se "que compete ao Estado garantir os meios para que esses objectivos resultem em sucesso".

Para que se desenvolvessem estes esforços, os congressistas deliberaram reorganizar algumas delegações, incentivando a sua integração nas comunidades, criando também a Delegação de Lisboa.

Luís Noronha propôs uma alteração dos Estatutos para que fiquem mais claras as funções dos órgãos sociais nacionais.

"Pensamos que as eleições devem ser efectuadas em listas autónomas para cada

órgão", disse o associado. Defendeu ainda a atribuição de pelouros uninominais aos membros da DN. A perspectiva de acção do novo modelo de desenvolvimento da ADFA escolhida pelos congressistas prende-se com um quadro marcadamente solidário e social, sendo a gestão exercida na dependência dos órgãos sociais da ADFA que definirão estratégias e objectivos.

"A gestão definida pela ADFA deve ser exercida por profissionais", referiu Mano Póvoas. "Queremos uma direcção livre para tratar de assuntos reivindicativos e associativos", salientou.

"Fazer o reencontro da Associação com ela própria", foi o objectivo focado por Guedes da Fonte, na apresentação de duas das teses sobre este tema. Criticou-se a postura dos dirigentes nacionais da ADFA, realçando os valores humanistas como importante contributo para um melhor desempenho associativo.

Guedes da Fonte defendeu ainda uma



maior independência do ELO em relação aos órgãos, enquanto meio informativo da Associação.

"ADFA é uma instituição de referência no País, propondo projectos e defendendo também os interesses da comunidade", afirmou Jerónimo de Sousa, quando explanou a sua tese sobre a política de reabilitação e integração social. "A nova solidariedade manifesta-se entre os pares", lembrou e retomou a questão da terceira idade, aludindo às estratégias nacionais que é necessário implementar. Jerónimo de Sousa defendeu ainda que "a Associação deve ser plataforma giratória, ir à casa das pessoas". •

R.V.

Altas individualidades observam problemas dos deficientes militares

Ministro da Defesa atento ao IV Congresso da ADFA

"Estas conclusões do IV Congresso da ADFA são um conjunto de problemas que estão a ser estudados, alguns em vias de poderem ser resolvidos, como a contagem do tempo de serviço", avançou o ministro da Defesa Nacional, Júlio Castro Caldas, depois de ter presidido à Sessão de Encerramento, no dia 16 de Abril, em Lisboa.

O ministro destacou também o esforço que vai ser feito para resolver os problemas das pensões dos deficientes militares dos PALOP, que tantas dificuldades têm sentido, nomeadamente, enviando os seus

requerimentos à representação diplomática portuguesa naqueles países.

A suspensão do DL 503/99, que inclui os militares no regime que regula os acidentes em serviço e doenças profissionais na Função Pública, foi também aceite por Castro Caldas, que também se manifestou "chocado por não existir um Estatuto dos Antigos Combatentes."

Castro Caldas afirmou que se iniciou uma etapa importante que permite uma abordagem mais aberta das questões apresentadas, referindo que "existem

FOTO: FARINHO LOPES

múltiplas distorções que podem ser resolvidas caso a caso, fruto do diálogo permanente com as estruturas do Ministério da Defesa Nacional (MDN)."

O ministro da Defesa Nacional manifestou ainda a sua vontade de que a ADFA colabore com o seu ministério em acções de cooperação em Timor Lorosae, visando a ajuda aos ex-combatentes de guerra de Timor, cujo sofrimento e sacrifício enalteceu.

A tal manifestação de vontade respondeu a ADFA de imediato, sublinhando a disponibilidade do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia para o efeito e a posição da Associação no mesmo sentido já anteriormente tomada.

"As conclusões aqui aprovadas não constituirão um mero documento formal ou de intenções", afirmou Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional (DN), que disse também que serão "um documento de trabalho, e orientação para o desenvolvimento da nossa estratégia de futuro, que se inicia já amanhã."

O presidente da DN referiu que "não vamos continuar à espera que seja o Estado a resolver, só por si, os nossos problemas, nem essa é a tendência da sociedade moderna."

"Exigimos que o Estado nos apoie, como é seu dever, nomeadamente, com a cedência de algumas infra-estruturas militares que estão a ser desactivadas, para instalação de centros de apoio aos deficientes militares", avançou Humberto Sertório, fazendo alusão à situação actual do Lar Militar da Cruz Vermelha.

Dos problemas legislativos que afectam os deficientes militares foram destacados as discrepâncias entre as Juntas de Saúde Militares e as da Caixa Geral de Aposentações, as várias interpretações do conceito de campanha, a assunção "inequívoca" das responsabilidades do Estado português perante os ci-



O secretário de Estado da Defesa presidiu à Sessão Solene de Abertura

dadãos portugueses deficientes de origem africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial.

"Daqui saímos hoje com uma vontade forte de prosseguir na luta pela prossecução dos nossos ideais", rematou o presidente.

O presidente do Núcleo da ADFA no Maputo, Gabriel Mubanguiane, também apresentou ao ministro algumas das questões prementes que os associados de Moçambique têm vindo a manifestar. Pedeu ainda para que seja marcada uma audiência com o ministro da Defesa Nacional, para apresentação do Núcleo e dos problemas dos associados naquele País.

Após a leitura das conclusões do IV Congresso, interveio o secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, que referiu a pu-

blicação de um manual de boas práticas sobre a acessibilidade, considerando relevantes as conclusões do Congresso e disponibilizando o apoio do SNRIPD para as iniciativas que a ADFA possa realizar.

Na Sessão de Abertura, no dia 14 de Abril, o secretário de Estado da Defesa Nacional, José Mourato, manifestou o "respeito que a ADFA merece pela sua perseverança e pelo equilíbrio das justas aspirações dos seus associados", salientando ainda a "previsível excelência das teses a apresentar neste Congresso". Referiu-se ainda à falta de meios para satisfazer as prementes necessidades dos deficientes militares, reiterando a vontade por parte do Governo em resolver as questões que a ADFA tem vindo a apresentar com equilíbrio e capacidade organizativa. •

Rafael Vicente

Sessão de Encerramento do IV Congresso

Alocação do presidente da Direcção Nacional

Os trabalhos que hoje aqui terminamos, do IV Congresso da ADFA, e as conclusões a que chegámos, são o culminar de um longo processo de debate levado a cabo a nível nacional, que consubstancia a acção da própria ADFA no seu dia a dia.

Para nós, deficientes das Forças Armadas, as abertas e profundas discussões que aqui efectuámos constituíram mais uma mostra da nossa vitalidade, um exercício da nossa intensa actividade associativa, e constituíram o reafirmar dos claros caminhos que trilhamos como Associação, consciente dos problemas que ainda afectam os deficientes militares, mas sempre solidários com o movimento de todos os deficientes em geral.

As conclusões aqui aprovadas não constituirão um mero documento formal ou de intenções. Serão antes um documento de trabalho, e orientação para o desenvolvimento da nossa estratégia de futuro, que se inicia já amanhã.

Com a realização deste Congresso demos, internamente, mais um importante passo: equacionámos melhor os nossos próprios problemas; definimos melhor as formas e os meios como devemos procurar as suas soluções.

Não vamos continuar à espera que seja o Estado a resolver, só por si, os nossos problemas, nem essa é a tendência da sociedade moderna.

Estamos disponíveis, ou melhor, exi-

gimos que o Estado nos apoie, como é seu dever, nomeadamente, com a cedência de algumas infra-estruturas militares que estão a ser desinvestidas, para a instalação de centros de apoio aos deficientes militares.

Não compreendemos que uma estrutura concebida para apoiar os grandes deficientes da então guerra do Ultramar, construída em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa, paga pela Fundação Calouste Gulbenkian, com o seu funcionamento subsidiado pelo Ministério da Defesa Nacional e gerido pela Cruz Vermelha Portuguesa, como é o Lar Militar, esteja, hoje, mais ao serviço das Companhias de Seguros do que, para o fim, para o qual foi criado.

A reabilitação e o apoio ao envelhecimento precoce dos deficientes militares, foi uma das áreas em que o congresso demonstrou maior preocupação, tendo em conta a fase etária em se encontra a maioria daqueles que serviram as Forças Armadas, durante o período da guerra colonial.

Em relação ao "stress de guerra", uma vez publicada com a nossa participação activa a respectiva legislação, torna-se urgente implementar as medidas necessárias à concretização da rede nacional de despieste e tratamento.

Na realidade, quanto mais tempo passar sem atendermos às situações existentes, maior será o número de ex-comba-

tentes seriamente prejudicados na sua saúde e esperança de vida, e maior será o peso a suportar pelas suas famílias e pela sociedade em geral.

Para a procura de complementaridades no apoio aos seus associados, aprovaram os congressistas aqui presentes, constituírem e desenvolverem, como um requisito de eficácia, uma estrutura de gestão na dependência política e estratégica da Associação, no sentido de enquadrar e intervir na prestação de serviços aos seus associados e familiares, numa perspectiva de abertura e de solidariedade com todos os deficientes, podendo, inclusive, abrir-se a parcerias com outras organizações ou outras formas de colaboração.

Não permitiremos que o Estado se demita da sua função de garantir os meios para a concretização de tais objectivos, incluindo os programas que tenham como finalidade a coesão social.

Passado um quarto de século do fim da guerra colonial, por incrível que pareça, continuam por resolver problemas legislativos que afectam alguns dos deficientes das Forças Armadas, como sejam, entre outros:

- A contagem do tempo de serviço prestado ao Estado antes da atribuição daquela indemnização deve poder relevar para efeitos de pensões de reforma ou de aposentação, dada a natureza indemnizatória das pensões dos deficientes militares;

- As discrepâncias entre as Juntas de Saúde Militares e as da Caixa Geral de Aposentações;

- O conceito de campanha, não se compreendendo, a título de exemplo, que militares feridos numa mesma operação, seja um considerado em campanha e o outro em serviço;

- A assunção inequívoca das responsabilidades do Estado Português perante os então cidadãos portugueses de origem africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na guerra colonial e que por isso adquiriram incapacidades de carácter permanente.

Também, entendemos e pugnamos pelo conceito da especificidade do serviço militar, procurando que a reparação dos deficientes militares tenha uma diferenciação da dos funcionários públicos, como resultava da lei, e que o DL 503/99, de 20 de Novembro, que se entrar em vigor no próximo dia 1 de Maio, viria a piorar, trazendo consequências gravosas para os deficientes militares.

Sobre esta matéria, a ADFA tomou a posição de solicitar a V. Ex^a, Senhor Ministro da Defesa Nacional, a suspensão imediata da aplicação deste novo regime aos militares. Devendo-se iniciar, também de imediato, o estudo e elaboração de diploma próprio para os acidentes e doenças ocorridas sob condição militar.

Entendemos, também, que, face à dispersão de legislação nesta área se deve

desenvolver um estudo, no sentido de se vir a criar o Estatuto do Deficiente Militar, conforme as conclusões aprovadas neste Congresso.

Com a generalidade das conclusões deste Congresso, reafirmamos perante a sociedade a nossa determinação em não aceitar a marginalização, exigindo-lhe que evolua de molde a contar com a realidade que são os deficientes, como elemento importante do próprio desenvolvimento social.

Iremos continuar a colaborar e a incentivar o movimento associativo das associações de e para pessoas portadoras de deficiência em Portugal.

Estaremos atentos ao emergente movimento associativo dos militares, só possível em Democracia e no respeito dos direitos de cidadania dos cidadãos militares.

A nível internacional, prosseguiremos na nossa actividade na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), em prol dos princípios da resolução dos conflitos por via do diálogo e no auxílio a prestar aos ex-combatentes e vítimas da guerra.

Daqui saímos hoje com uma vontade mais forte de prosseguir na luta pela prossecução dos nossos ideais, luta que só terminará quando o deficiente fôr, em todos os domínios da vida, um cidadão absolutamente igual aos demais e com a garantia dos direitos que a sua deficiência exige para que essa igualdade seja plena.



Humberto Sertório

Dupla responsabilidade

O IV Congresso da ADFA foi uma demonstração não só de democraticidade e maturidade internas, mas também de alguma mestria e refinamento no tratamento das questões e das situações, cabendo com inteira justiça destacar a mesa do Congresso e a Comissão de redacção. Foram três dias de debates, por vezes acalorados, em que foi notória a busca de fórmulas que dessem a exacta medida do conteúdo pretendido.

Foi por isso uma lufada de ar fresco e um ponto alto na sessão de encerramento a intervenção da Delegação (se pode usar o termo) de Moçambique. De modo digno e modesto, foi dada a S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional uma breve e limitada panorâmica dos problemas que se põem aos nossos camaradas africanos. Foi até em tom de suave lamento que lhe foi dito quanto lastimavam não terem sido recebidos por S. Ex.^a aquando da sua deslocação a Moçambique, embora tivessem pedido uma audiência. Justificou-se S. Ex.^a com a sua carregada agenda - e todos, mesmo os mais lesados, pareceram compreender.

Depois do carácter por vezes fortemente - e bem! - reivindicativo, não pode deixar de ser salientado este contraponto. O que os nossos camaradas moçambicanos pediam era tão somente aquilo que a Lei lhes reconhece, e que lhes não é dado por incúria, por esquecimento, quem sabe se por algum cálculo mesquinho. É o reconhecimento da sua qualidade plena de DFA's, o apoio mé-

dico e medicamentoso, a actualização das pensões, os apoios aos estudos, a reabilitação... em resumo, aquilo que para nós, neste Portugal à beira mar plantado, é já felizmente rotina.

Não sabemos se S. Ex.^a captou esta mensagem. Mas nós é que não podemos esquecê-la. Os arranjos da política não são o nosso forte, mas há princípios de que não podemos abdicar, e um deles é de que todo o DFA tem os mesmos direitos; e que lógica teria andarmos a estabelecer laços de amizade e cooperação com outras associações, inclusive com antigos adversários, se deixássemos para trás os nossos próprios camaradas?

Serão eles os combatentes do lado errado da guerra? Distinguir o certo do errado pressupõe o livre estudo e debate das ideias, coisas que, antes do 25 de Abril, eram impossíveis. Mais esclarecidos estávamos nós, cá pelas europas, e também fomos à guerra. E foi mesmo apostando fundo na confusão de ideias e na ausência de debate que o regime conseguiu manter a guerra por 13 anos. Levantar a questão nestes termos é, além de ocioso, quase certo síndrome de quem viu a guerra à distância segura de um cómodo exílio.

Serão eles problema dos seus países de nascimento e de opção? Seria um modo cómodo de enjeitar responsabilidades, dado que foi inequivocamente ao serviço de Portugal que eles se deficientaram. E já que tanto se fala em projecção de forças, como

modo a fazer aparecer a imagem do nosso país no concerto das nações, é bom não esquecer que essa imagem também se faz com o justo tratamento de quantos se empenham, no terreno, a construí-la. Ou então, com que moral se pede aos nossos militares e a quantos com eles trabalham, para que se arrisquem, em Timor ou na Bósnia, sem ter a garantia de que os seus eventuais problemas serão resolvidos com um mínimo de decência?

Por terem sido militares portugueses, são merecedores de todas as regalias decorrentes da variada legislação que, muitas vezes "a ferros", vamos arrancando da Administração. Por terem sido usados, merecem um carinho especial do Estado Português, agora investido de legitimidade e legalidade que a vivência democrática lhe dá, e que não pode, sob pena de perder aqueles atributos, alhear-se das suas responsabilidades, ainda que herdadas.

Não há dúvidas, no seio da ADFA, sobre a justeza - e a urgência - das medidas a tomar para a resolução do caso dos nossos camaradas africanos. Decerto que também S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional ficou sensibilizado para a justeza, e esperamos que também para a urgência.

Porque o duplo aspecto do caso dos DFA de origem africana acarreta, logicamente, uma dupla responsabilidade. •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Testamento e herdeiros legitimários

"O meu marido é DFA, e está praticamente cego. Toda a minha vida tenho tratado dele sozinha e com grandes sacrifícios. Não temos filhos, mas as nossas mães ainda vivem. Gostaria de saber se podemos fazer um testamento um ao outro, para que as nossas mães não venham a receber nada por nossa morte, uma vez que nunca nos ajudaram e só nos têm complicado a vida".

Na falta de descendentes, concorrem à herança o cônjuge e os ascendentes, sendo o valor da legítima de dois terços da herança.

A legítima é a porção dos bens de que se não pode dispor livremente, por a lei a destinar obrigatoriamente a certos herdeiros, os herdeiros legitimários.

No seu caso, e uma vez que não tem filhos nem outros ascendentes, os herdeiros legitimários são o seu marido e a sua mãe, tendo cada um deles direito a um terço do valor dos bens que existirem no seu património à data da sua morte, sendo a situação paralela por morte do seu marido.

No entanto, é preciso não esquecer que podem existir bens que são comuns do casal, e que variam em função do regime de bens que os cônjuges adoptaram no casamento, sendo que por morte de um dos cônjuges haverá sempre que averiguar primeiro quais os bens ou parte dos bens que pertencem por direito próprio ao cônjuge sobrevivente, e que por isso não vão integrar a massa da herança do cônjuge falecido.

Em princípio, não é possível deserdar os herdeiros legitimários, a menos que o herdeiro tenha sido condenado pela prática de algum dos crimes previstos no artigo 2166º do Código Civil, ou se tenha, sem justa causa, recusado a prestar os alimentos a que estava obrigado ao autor da sucessão ou ao seu cônjuge.

Assim sendo, tanto a sua mãe como a sua sogra, por sua morte ou por morte do seu marido terão sempre direito a um terço do valor dos bens existentes nas respectivas heranças.

No entanto, poderá ser útil tanto para si como para o seu marido fazerem um testamento um a favor do outro, relativamente à parte da quota da herança de que cada um pode dispor livremente, pois se não o fizerem e sobraem bens na herança depois de preenchida a legítima, esses bens serão então repartidos pelos mesmos herdeiros que concorreram à legítima.

Afim de efectuar um testamento, o testador deverá dirigir-se a qualquer repartição notarial, munido do seu bilhete de identidade, e explicar ao notário aquilo que pretende fazer.

Se a pretensão do testador for conforme à lei, o testamento será escrito pelo notário no seu livro de notas, assinado pelo testador, ficando depositado no cartório notarial.

O testador pode revogar ou alterar o testamento sempre que o entender, sendo válida a última disposição testamentária existente. •

Inês Soares Castro

"Ao meu Amigo Alberto"

Foi regulamentada a Lei 46/99, pela 50/2000. Aparentemente tudo parece em ordem para se começar a organizar a rede que irá fazer o despiste, tratamento e reparação aqueles que na sua juventude deram o melhor que tinham pela Nação, numa guerra onde nunca tiveram poder de decisão.

A partir daqui decidi homenagear o meu amigo Alberto, desaparecido em Janeiro de 1993. Era um ex-combatente como eu, como os milhares que poderão estar afectados por este flagelo que é o stress de guerra, e tenho a certeza de que se o Alberto fosse vivo diria isto desta lei.

Agora que já me transformei num farrapo humano, que destruí a minha família e o meu lar, que abandonei os meus "amigos", que aprendi a roubar e até me droguei, que o álcool passou a ser uma das minhas principais refeições, enfim, agora que a opinião pública me considera um marginal e até me mandou prender, é que sai esta lei?

Senhores deste País, a guerra já acabou à mais de 25 anos e só agora é que se lembram que nós estivemos lá? Que ficamos muito afectados pela turbulência dos acontecimentos que ultrapassaram o que

era racional poder ser aguentado por um ser humano não preparado para participar naquele inferno? Não aceito tal desrespeito.

O Alberto, se fosse vivo, pensaria exactamente assim. O meu amigo Alberto que eu conhecia tão bem, não aguentou a pressão dos pesadelos que lhe traziam à memória os dramas da guerra que viveu e onde foi participante activo, durante dois anos, as doses reforçadas de calmantes e anti-depressivos, muitas vezes misturados com álcool e droga e nessa tarde de Janeiro de 1993, pôs fim à vida de uma forma inglória e triste, ele que tantas vezes em África tinha visto a morte por perto e a conseguiu enganar, desta vez foi ele que a procurou e foi ao seu encontro. Para o Alberto esta lei chegou atrasada muitos anos. O Alberto morreu sozinho, abandonado por todos porque era essa a sua vontade, nunca quis envolver os amigos e familiares no seu drama. A última vez que me encontrei com ele, vi nele tudo, menos o homem de outrora; estava definhado, triste, tinha um comportamento anormal, continuava em guerra com o passado, falava dos camaradas e amigos que tinham desaparecido, das tarefas que foi levando ao longo dos anos, vivia na rua, não queria ajuda. Pouco tempo depois soube da sua

morte. Eu tinha perdido mais um amigo, um grande amigo.

Para ele esta lei chegou mesmo muito tarde; digo mesmo tarde de mais. Mas não foi só para ele que esta lei chegou tarde, quantos Albertos já desapareceram antes de chegar esta lei? Quantos mais irão desaparecer até ela passar a ser eficaz? É nesta herança de incerteza quanto ao futuro que todos aqueles que deram o melhor de si pela Nação, irão viver os anos de vida que ainda lhes restam.

Meu caro Alberto, fica a saber que aquela luta que comecei a travar e que tu não foste capaz de acompanhar, culminou nesta lei em que eu agora também não acredito, parece uma contradição, mas é o que sinto. O tempo se encarregará de confirmar ou não, este meu pessimismo.

Vou despedir-me de ti, mas antes quero dizer-te que escrevi tudo isto pensando no homem de poucas palavras que eras, mas de decisões rápidas, tão rápidas que não hesitaste num momento de maior desespero, em pôr fim à tua própria vida. Perdi um amigo no momento menos próprio da vida, fica aqui a minha saudade e a minha homenagem. •

Mário Inácio

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segurança Social

Despacho Normativo 19/2000, de 27 de Março

A entidade patronal tem obrigatoriamente de comunicar à Segurança Social a admissão de novo trabalhador assim como este tem de declarar o início da sua actividade e o vínculo profissional com a nova entidade empregadora.

Este despacho aprova um **único suporte de informação, modelo RV1009-DGRSS, com a dupla valência de comunicação simultânea da entidade empregadora e do trabalhador, ou de comunicação autónoma de um dos referidos destinatários**, destinando-se a ser utilizado pelas instituições de Segurança Social.

Marinha

Decreto do Presidente da República 21/2000, de 4 de Abril

Foi prorrogado, por mais dois anos, o período de exercício do cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo Almirante Nuno Vieira Matias, com efeitos a partir de dois de Abril de dois mil.

Grandes Opções do Plano

Lei 3-A/2000, de 4 de Abril

Aprova as Grandes Opções do Plano para dois mil.

Orçamento do Estado

Lei 3-B/2000, de 4 de Abril

Esta lei aprovou o Orçamento do Estado para o ano dois mil.

Madeira

Salário Mínimo

Decreto Legislativo Regional 9/2000/M, de 5 de Abril

Os valores da remuneração mensal garantida, acrescidos de complementos regionais, são, na Região Autónoma da Madeira, de 61.200\$00 para os trabalhadores do serviço doméstico e 65.100\$00 para os trabalhadores dos restantes sectores.

Estes valores têm efeitos a um de Janeiro de dois mil.

Stress de Guerra

Decreto-Lei 50/2000, de 7 de Abril

Este diploma vem regulamentar a **Lei 46/99, de 16 de Junho, que institui o regime de apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra.**

O diploma foi publicado na íntegra no Jornal ELO, do mês de Fevereiro, embora só agora fosse publicado em Diário da República.

Arrendamento Urbano

Lei 4-A/2000, de 13 de Abril

A Assembleia da República concedeu autorização ao Governo para legislar em matéria de **formação de contratos de arrendamento sujeitos a registo para comércio, indústria e exercício de profissão liberal, contratos de trespasse e contratos de cessão da posição de arrendatário.**

Pretende-se que a celebração destes contratos se efectue com **dispensa de escritura pública.**

Contribuintes

Decreto-Lei 55/2000, de 14 de Abril

O presente diploma vem alterar algumas normas do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Esta alteração destina-se a uma **racionalização e separação da informação declarativa para efeitos de apuramento da dívida de imposto e do controlo fiscal**, bem como à dispensa de entrega de um conjunto de documentos que previamente acompanhavam a declaração periódica de rendimentos, implicando, no entanto, a constituição de um dossier fiscal para efeitos de controlo inspectivo, a ser mantido no domicílio do sujeito passivo.

Assim, ao CIRS são aditados os artigos 105º-A e 119º-A e alterado o artigo 114º; ao CIRC é aditado o artigo 96º-A e alterados os artigos 44º, 57º-B, 62º, 62º-A, 64º-A, 68º-B, 94º, 96º, 102º e 104º e são ainda alterados os artigos 28º, 59º, 67º e 77º do CIVA. •

Helena Afonso

Destaque do Mês

Diploma



do Mês

Automóveis

Automóveis Posição da ADFA

Lei 3-B/2000, de 4 de Abril

Esta lei aprovou o Orçamento do Estado para o ano de dois mil e, à semelhança dos anos anteriores, procedeu à alteração dos impostos directos, indirectos, especiais, locais e benefícios fiscais, entre outros.

Devido à extensão do Orçamento, dá-se aqui relevo apenas à alteração que foi introduzida ao Decreto-Lei 103-A/90, de 22 de Março, sobre isenção de Imposto Automóvel (IA) na aquisição de viaturas, por ser de importância para todos os deficientes

Das alterações introduzidas pelo novo texto no DL 103-A/90, resulta que os deficientes motores e DFA com incapacidade igual ou superior a 60% podem adquirir viatura, com qualquer cilindrada, com isenção de imposto automóvel de 1.300.000\$00, pagando o restante se o imposto for superior a este valor.

Por outro lado, os cegos com 95% ou mais de grau de incapacidade, independentemente da sua idade, passam também a poder adquirir viatura com isenção de IA e IVA.

A isenção do IVA mantém-se qualquer que seja a cilindrada.

«Os artigos 1º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 103-A/90, de 22 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 1º

- 1 -
- 2 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, poderão ainda beneficiar da isenção nele prevista os portadores de multideficiência profunda, os portadores de deficiência motora cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 90% e os portadores de deficiência visual igual ou superior a 95%, independentemente da sua idade.

Artigo 4º

A isenção de IA prevista no artigo 1º terá por objecto automóveis ligeiros novos e será concedida, independentemente da cilindrada, até ao montante de 1 300 000\$, suportando o beneficiário, se for caso disso, a parte restante do IA que for devida.

Artigo 5º

- 1 -
- 2 -
- 3 - Aos portadores de multideficiência profunda, aos portadores de deficiência motora cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 90% e aos portadores de deficiência visual igual ou superior a 95%, independentemente da sua idade, será autorizada a condução do veículo por terceiros, desde que o portador de deficiência seja um dos ocupantes, ou em deslocações que não excedam um raio de 30 Km da residência do beneficiário.
- 4 -
- 5 -
- 6 -

Face à alteração produzida pelo Orçamento Geral do Estado para 2000 ao DL 103-A/90 (referente à aquisição de viatura com isenção de IA e IVA), sobre a qual a ADFA não foi consultada, a Direcção Nacional remeteu ofício ao presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, com conhecimento ao Ministério da Defesa Nacional e estruturas de reabilitação, onde se explicita a posição da ADFA.

«A Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA recebeu, com surpresa, a alteração verificada nos artigos 1º, 4º e 5º do Decreto Lei nº 103-A/90, de 22 de Março, que constam do nº 3, do artº 22, da Lei nº 3-B/2000, de 4 de Abril (Orçamento do Estado para 2000).

Com efeito as alterações verificadas são lesivas dos direitos das pessoas portadoras de deficiência na generalidade e também dos Deficientes das Forças Armadas.

Passamos a apresentar a V. Exª em pormenor as razões da nossa discordância:

1. A alteração existente no artigo 1º só prevê a aplicação da isenção «aos portadores de deficiência visual igual ou superior a 95%» o que é manifestamente insuficiente. Existe todo um conjunto de gradações de cegueira que corresponde na prática a uma incapacidade absoluta de visão. Pensamos que o limite justo seria, pelo menos, o de 90% de incapacidade para atribuição da referida isenção.

2. A alteração do artigo 4º em relação ao montante do Imposto Automóvel (IA) (1.300.000\$00) é bastante penalizador para os todos os deficientes, sendo inferior ao que estava em vigor.

Nada temos a opôr a que tenha sido retirado o limite de cilindrada que se encontrava em vigor, desde que se mantivesse o montante de IA, correspondente aos 2.000 cm3 de cilindrada.

O problema reside no facto de as viaturas com caixa automática a gasóleo se situarem próximo do anterior limite dos 2.000 cm3 de cilindrada.

Assim, a título de exemplo, o modelo Opel (2.000 cm3) pagará actualmente 275 contos de IA, o Volkswagen (1.900 cm3), 122 contos e o Lancia (1.910 cm3) 144 contos.

Estas viaturas são consideradas médias e correspondem de facto às mais utilizadas pelos DFA que trabalham e delas necessitam para o seu dia a dia.

Seja-nos permitido afirmar que com esta medida serão penalizados os deficientes militares da classe média e não os que auferem menos rendimentos ou rendimentos mais elevados.

Teoricamente será possível adquirir um Jaguar, com isenção parcial do IA e total do IVA, o que constitui um verdadeiro contra senso.

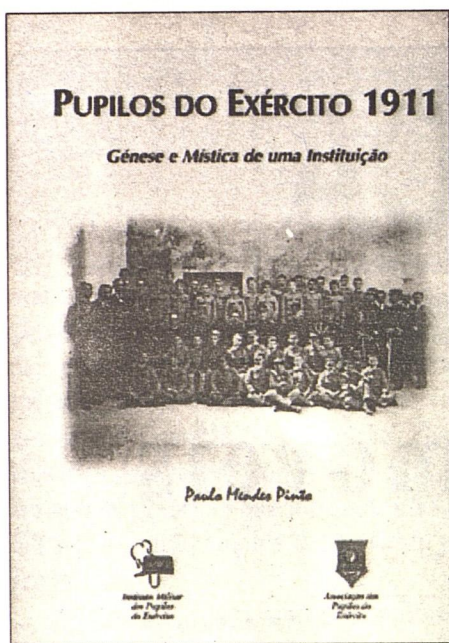
Face ao exposto, a ADFA propõe que a alteração da redacção dos artigos 1º e 4º, incluída no nº 3, do artº 22, da Lei nº 3-B/2000 seja revista por prejudicar a reabilitação profissional da maioria dos deficientes em favor dos mais ricos.»

VISITE

O MUSEU DA GUERRA COLONIAL

NA

DELEGAÇÃO DE FAMALICÃO



Paulo Mendes Pinto

"Génese e Mística de uma Instituição"

IMPE - APE - Lisboa - 2000

Antigo aluno do Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE), Paulo Mendes Pinto escreveu "Pupilos do Exército 1911 - Génese e Mística de uma Instituição", obra que "tenta estar para além de uma simples monografia descritiva e factual ou laudatória, aproximando-nos de uma investigação em Micro-História em que o objecto estudado é tratado como um ser vivo", como referiu na introdução.

Paulo Mendes Pinto está a concluir o mestrado em História e tem estudado o passado do IMPE desde há alguns anos.

O autor analisou o momento da criação da

escola e em seis capítulos procurou identificar "as linhas fundamentais de caracterização do que, em 25 de Maio de 1911, se pretendia realizar".

"O percurso passará pelo enquadramento institucional da escola, pela análise do que ideológica e pedagogicamente se desejava implantar, e pelo enquadramento dos personagens envolvidos e suas filiações", referiu Paulo Mendes Pinto na introdução da obra.

"De um jeito, simultaneamente simples e magistral, ficamos envolvidos na génese e na mística do que é hoje o "Instituto Militar dos

Pupilos do Exército", antes denominado "Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar". Designações diferentes da mesma e única "Casa-Mãe" dos Pilões de todos os tempos", escreveu no prefácio da obra o major-general Bento Soares, director do IMPE à data do lançamento.

"Pupilos do Exército 1911" é um documento rico de investigação histórica, que também contém várias fotografias emblemáticas - como a primeira tirada aos alunos do IMPE, ao observarem o eclipse do SOL em 1912. •

N.S.C.

ADMISSÕES AO INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Condições de Admissão

- Ser português
- Possuir condições físicas e psicológicas e os conhecimentos literários indispensáveis à frequência do IMPE.

Ao 5º. ANO

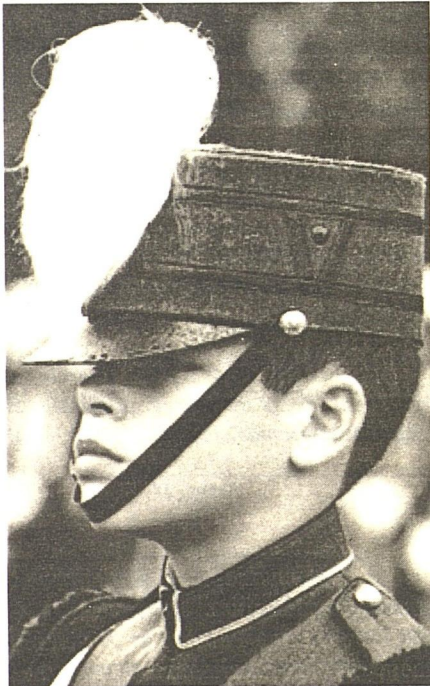
- Rapazes com menos de 12 anos de idade até 31DEC2000;
- Aprovação no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ao 6º. ANO

- Rapazes com menos de 13 anos de idade até 31DEC2000;
- Aprovação na frequência do 5º ano e ter frequentado, neste mesmo ano, a disciplina de Inglês.

Aos 7º e 10º ANOS

A título excepcional, poderá ser autorizada a candidatura aos 7º e 10º anos, mediante requerimento do Encarregado de Educação.



Período de Inscrição para o Ano Lectivo de 2000/01

25 de Maio a 23 de Junho de 2000

Informações:

Instituto Militar dos Pupilos do Exército • Estrada de Benfica, 374 • 1545-016 Lisboa • Telefones: 21 771 3800/ 21 771 3850 • Fax: 21 778 5585 / 778 0056

ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Bacharelatos

Contabilidade e Administração
Engenharia Mecânica
Engenharia de Electrónica e Telecomunicações
Engenharia Electrotécnica

Condições de Admissão

- 12º Ano completo;
- Rapazes e Raparigas com menos de 21 anos de idade até 31DEC2000;
- Nacionalidade Portuguesa;
- Condições físicas comprovadas por inspecção médica
- Disciplina base e Prova Específica

Curso de Contabilidade e Administração: Matemática
Cursos de Engenharia: Matemática e Física ou Química ou Desenho e Geometria Descritiva.



Abertura do Concurso para o Ano Lectivo de 2000/01

24 de Julho de 2000

LOJA DA ADFA

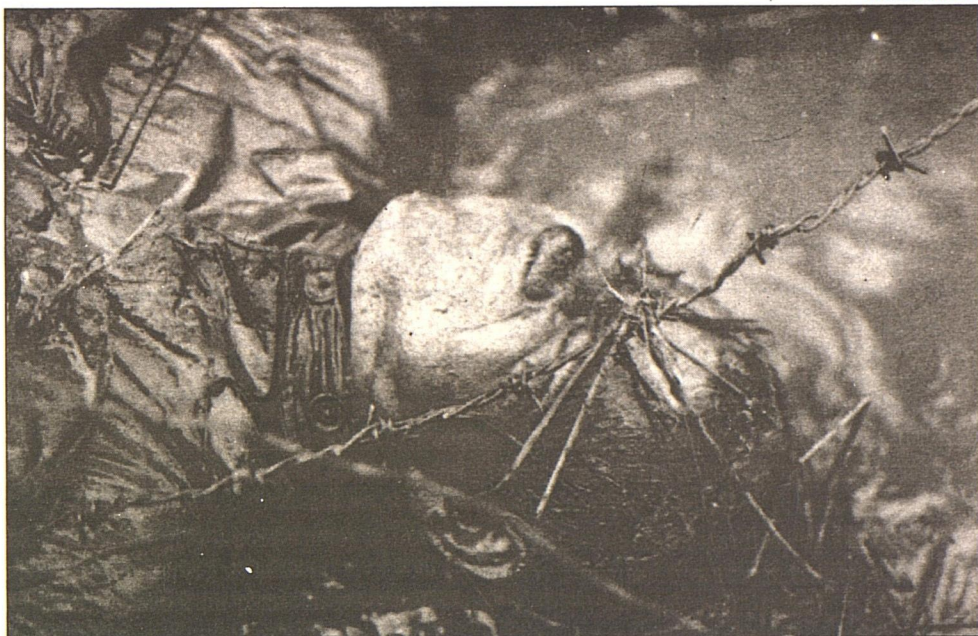
"Canções Proibidas":	2.700\$00
"Lourenço":	1.000\$00
"Trinta Facadas de Raiva":	1.750\$00
"25 de Abril - 20 anos":	4.000\$00
"Fizeram de Mim Soldado":	1.500\$00
"Os Homens Também Hibernam":	1.500\$00
"O Cabrito Montês":	1.500\$00
Troféu bronze - 25 anos Del. Porto:	12.500\$00
Medalha 25 Anos:	1.500\$00



Medalhões:	1.000\$00
Galhardetes:	300\$00
Postais:	100\$00
Guarda-chuva:	1.100\$00
T-Shirt:	1.500\$00
Prato 25 Anos:	1.000\$00
Emblema em prata:	2.500\$00
Relógio de bolso:	12.000\$00
Relógio de pulso:	4.000\$00

Vidas por um fio...

FOTO: ARQUIVO ADFA



Moçambique 1971. O nosso grupo de combate seguia em digressão, pelas matas de Mueda, procurando uma base do inimigo, depois de algumas horas calcorreando trilho após trilho, grande parte das vezes debruçado sobre arma, debaixo de um enorme stress, sempre à espera de uma armadilha ou uma emboscada, que era o prato do dia da zona a que me refiro.

Até que surge um sinal para parar e chega a mensagem, "base à vista", o grupo aproxima-se mais um pouco e o pessoal reúne e combina o assalto, cada um ocupa o seu lugar como combinado. Tudo parecia correr dentro da normalidade, até que, inesperadamente surge um dos habitantes da base e o grupo é detectado, o homem grita "tropa ué tropa ué" e tenta fugir, sendo obviamente abatido. O assalto dá-se imediatamente, debaixo de um tiroteio ensurdecedor, choros e gritos, uns morrem outros fogem e alguns são capturados, entre eles algumas mulheres e crianças. Não há baixas no grupo de combate, passa-se rapidamente revista à base, encontram-se algumas armas, combina-se um itinerário para o regresso que possa despistar o inimigo. Foram intercalados entre os mili-

tares, os elementos capturados e "ala que se faz tarde".

Depois de caminhar algumas horas, faz-se noite e reúne-se o grupo. Distribuídas as sentinelas divide-se a ração de combate com os capturados, tudo foi feito sob o maior silêncio, só que, cerca das duas horas surge um imprevisto: uma das crianças capturadas começa a chorar. Foi a confusão total, o pranto da criança, em contraste com a calada da noite, ecoava a uma distância considerável, pondo assim em perigo a vida de todos os que ali estavam.

Havia que solucionar aquele assunto em poucos segundos. Quase não dava para pensar como iria resolver-se tamanho problema, pois se déssemos a fuga à criança e à mãe, corríamos o risco desta informar o inimigo sobre o local onde nos encontrávamos. Estava assim ditado que a única solução era eliminar a criança que continuava com um berreiro insuportável, não obstante os carinhos da mãe que com o coração desfeito, palpitava o fim que poderia estar guardado para a sua filha.

Com tudo isto, o tempo ia passando e a hipótese de sermos detectados ia aumentando. Havia que tomar uma decisão urgente, resolver o problema, e todos falavam

mas não havia voluntários para o fazer. O caso é que "guerra é guerra" e todos os que lá andaram sabem que por vezes nos víamos envolvidos em situações "do arco da velha", mas não deixamos de ser humanos. Neste caso, resolveu-se a situação com uma ideia brilhante de um elemento do grupo que se lembrou de abrir uma lata de leite com chocolate e dando à criança, acabou de

imediatamente com o pesadelo de todos. Assim desistimos de uma sentença de morte a sangue frio para a qual, por não sermos apenas máquinas de guerra, nos faltava a coragem.

Hoje penso naquela criança a quem poupámos a vida, lembrando também a vivência do horror de ter que matar para não morrer.

Farinho Lopes

Revista de Imprensa

Diário de Notícias

PÚBLICO

Jornal Notícias

24 horas Domingo

CORREIO da Manhã

CEGOS RECLAMAM APOIOS

"Cegos de todo o distrito de Évora vão reunir-se amanhã, em Borba, para fazer um levantamento das suas necessidades e problemas, e para reclamar apoios e ajudas junto das instituições de solidariedade e de entidades governamentais, referiu ao Correio da Manhã um dos organizadores do encontro."

Correio da Manhã - 07Abr00

NOVOS INVENTOS

"Assim, o inventor Helder Silva apresenta o seu sistema electrónico de localização e identificação de estações de transportes públicos para cegos. Júlio Salgado da Costa concorre com um aparelho prático de limpeza de rolos de pintura, e António de Almeida Matias com um infusor automático de lavagens com soros."

Correio da Manhã - 07Abr00

III ENCONTRO DESPORTIVO

"À semelhança dos anos anteriores, a ADFA vai realizar o III Encontro Desportivo, nas modalidades de Ténis de Mesa, Remo Adaptado e Snooker."

O Jornal do Deficiente (CNOD) - Jan/Fev00

HONRAS MILITARES

"O 'Dia do Combatente' foi ontem assinalado junto ao monumento nacional dos Combatentes, na Avenida da Liberdade, Lisboa, onde mais de uma dezena de entidades civis e militares acorreram a prestar o seu tributo àqueles que morreram pela Pátria."

Correio da Manhã - 10Abr00

ADFA EM CONGRESSO

"A Associação dos deficientes das Forças Armadas (ADFA) reúne o seu IV Congresso de 14 a 16 deste mês, com a apresentação de 26 teses, repartidas por quatro grandes áreas: Reabilitação. Legislação, desenvolvimento da ADFA e Associativismo."

Correio da Manhã - 11Abr00

DEFICIENTES GANHAM ESTACIONAMENTO

"Os deficientes motores vão ter lugares reservados com as matrículas dos seus automóveis, nos termos de um regulamento a discutir hoje, pela Câmara Municipal de Lisboa."

Correio da Manhã - 12Abr00

IV CONGRESSO DA ADFA

"Os 116 delegados que participam no IV Congresso da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) começaram ontem a debater a reabilitação, legislação e desenvolvimento da associação, áreas em discussão, até amanhã, no fórum que decorre no Hotel Penta, em Lisboa."

Correio da Manhã - 13Abr00

REDE NACIONAL DE STRESS

"O Ministério da Defesa inscreveu no Orçamento de Estado deste ano 100 mil contos para a criação de uma rede nacional de apoio aos militares que sofrem de "stress" pós-traumático, verba que a ADFA considera "muito pouco".

Público - 13Abr00

EXPERIENCIA TERAPÊUTICA MUITO DURA

"Teresa Infante, psicóloga clínica, atende o mesmo tipo de pacientes na Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), em Lisboa. São ao todo 69 homens, com uma média de idades rondando os 50 anos, na sua grande maioria com a quarta classe e reformados antecipadamente, quase todos por terem sofrido depressões sucessivas."

Público - 13Abr00

À VOLTA DA GUERRA

"O I Congresso Internacional "A guerra colonial: realidade e ficção" começa hoje, no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, por iniciativa da Universidade Aberta. Durante três dias, militares, escritores, psiquiatras, historiadores (...)."

Público 13Abr00

FOTOGRAFIAS DA GUERRA COLONIAL

"Meia centena de fotografias sobre a Guerra Colonial estão expostas no Instituto de Defesa Nacional, desde hoje e até sábado. Da autoria de Fernando Farinha (antigo repórter fotográfico do DN), o conjunto de fotos abrange o período de 1961 a 1975, com a imagens de Angola, Moçambique e Guiné."

Diário de Notícias - 13Abr00

GUERRA COLONIAL MOBILIZA ESPECIALISTA

"Mais de um quarto de século depois do 25 de Abril, a história dos 13 anos de conflito em África apresenta um balanço de quase nove mil militares mortos devido a uma guerra que, para os responsáveis das estruturas castrenses da altura, era cara e insustentável."

Correio da Manhã - 13Abr00

ENSINO MILITAR VAI SER AVALIADO

"O Governo tem já na mão um projecto de regulamentação da avaliação do ensino superior militar para que, tal como está a acontecer nas universidades e politécnicos, também o desempenho e a qualidade das academias e escolas militares sejam apreciados."

Público - 13Abr00

A PSICANÁLISE DA GUERRA COLONIAL

"Nenhuma Forças Armadas deram ao Poder tanto tempo para resolver a questão colonial como as portuguesas", disse Garcia Leandro, em Lisboa, no primeiro dia do debate sobre o tema"

Diário de Notícias - 14Abr00

O FILME MAIS CARO DO CINEMA PORTUGUES

"Um milhão de contos foi quanto custou levar à tela Capitães de Abril, um filme que envolveu 64

actores de várias nacionalidade, 1500 militares e mais de 6 mil figurantes, além de material militar, como Chaimites ou camiões."

Diário de Notícias - 14Abr00

GUERRA COLONIAL EM DEBATE POLÉMICO

"Cumprir a memória do conflito africano e conseguir um acervo de textos sobre o tema são os principais objectivos do 1º Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, que teve início ontem, no Instituto de Defesa nacional, em Lisboa."

Correio da Manhã - 14Abr00

EMOÇÕES À FLOR DA PELE

"O historiador Fernando Rosas moderou ontem um debate em que três generais e um historiador comentaram a comunicação sobre a guerra colonial de um coronel, que também é escritor. Matos Gomes afirmou que Salazar arrastou Portugal para a guerra colonial com uma "desesperada leviandade". Os ânimos exaltaram-se."

Público - 14Abr00

STRESS DE GUERRA EM CONGRESSO

(...) "Fomos o último país da OTAN a considerar o stress de guerra como doença em serviço. (...) referiu ao JN o presidente da ADFA, Humberto Sertório."

Jornal de Notícias - 15Abr00

A GUERRA DO ULTRAMAR ACONTECEU

"Partiram para a guerra do Ultramar e deixaram lá um pouco deles. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas reuniu-se no passado fim-de-semana em congresso para debater o presente e o futuro dos ex-combatentes ultramarinos. E também para encontrar a melhor forma de fazer o Estado assumir as suas responsabilidades."

Público - 19Abr00

NOVAS TECNOLOGIAS

APARENTEMENTE,
UMA CADEIRA NORMAL...

MAS, GRAÇAS A UMAS
PEQUENAS MOLAS...

PERMITE CANTAR "GRANDOLA, VILA MORENA" EM CORO!

SOLUÇÕES
HORIZONTAIS

VERTICAIS

1 - Amor; moço. 2 - Apurava. 3 - Ut; amigo; pá. 4 - Not; oco; rás. 5 - Onix; gela. 6 - Ibis; lima. 7 - Anis; leva. 8 - Chá; gás; ira. 9 - há; Cátia; AT. 10 - Palavra. 11 - Raza; late.

1 - Nuno; aco. 2 - Toninha. 3 - Mã; tibia; fa. 4 - Opa; xis; GAR. 5 - Rumo; galo. 6 - Rico; lata. 7 - Maga; sino. 8 - Ovo; Gil; agi. 9 - Cã; remei; er. 10 - Falação. 11 - Raro; oiro.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

HORIZONTAIS

1 - Nome de homem; encontro. 2 - Espécie de golfinho. 3 - Ruim; Osso da perna; Nota de música. 4 - Capa sem mangas; incógnita; condutor auto rodas. 5 - Direção; ave de capoeira. 6 - Abastado; descaramento (fig.). 7 - Bruxo; campainha. 8 - Princípio; nome de homem; procedi. 9 - Aqui; movi os remos; também (ant.). 10 - vocábulo. 11 - Baixa; embarcação de recreio.

VERTICAIS

1 - Afecto; jovem. 2 - Aperfeiçoava. 3 - Antigo nome da nota Dó; camarada; utensílio. 4 - Não, em inglês; vazio; chefe etíope. 5 - Nome de pedra; faz frio. 6 - Ave pernalta; ferramenta. 7 - Erva-doce; nome de homem. 8 - Infusão; elemento gasoso; raiva. 9 - Existe; nome de mulher; anti-tanque. 10 - Parte do dedo. 11 - Escasso; metal precioso.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

Nota de Redacção: Os preços da presente tabela serão rectificadados em função do Imposto Automóvel, pelo que não contemplam ainda as limitações originadas pela publicação dos artigos 4º e 5º do DL 103-A/90, de 22 de Março.

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Concept	1.486.042.00	2.062.886.00
1.0 Concept AC	1.747.689.00	2.369.013.00
1.4 3P Highline	1.956.023.00	3.060.761.00
1.4 3P Highline Aut.	2.174.453.00	3.316.324.00
1.4 TDI Concept	1.908.249.00	3.062.748.00
Polo		
1.0 Confortline	1.599.727.00	2.209.123.00
1.0 5P Confortline	1.664.084.00	2.284.421.00
1.0 5P AC Confortline	1.925.309.00	2.590.054.00
1.0 5P TA Confortline	1.865.124.00	2.519.637.00
1.4 5P Confortline	1.852.859.00	2.951.759.00
1.4 AC 5P Highline	2.147.591.00	3.296.596.00
1.4 5P Automático	2.130.571.00	3.276.682.00
1.4 TDI 5P Confortline	2.213.592.00	3.431.699.00
1.4 TDI 5P AC Confortline	2.365.320.00	3.609.221.00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	1.826.433.00	2.920.841.00
1.9 SDI Confortline	2.174.649.00	4.243.517.00
1.9 TDI AC Confortline	2.354.447.00	4.453.880.00
1.9 TDI Trendline AC	2.732.377.00	4.896.058.00
1.4 Variant	1.840.847.00	2.937.705.00
1.9 SDI Variant	2.188.936.00	4.260.232.00
1.9 TDI AC Trendline	2.746.791.00	4.912.923.00
Golf		
1.4 Conceptline 5p	2.253.452.00	3.426.303.00
1.4 Conceptline 3p	2.191.224.00	3.353.262.00
1.9 TDI "25 Anos" 5p	2.933.401.00	5.137.106.00
1.9 TDI "25 Anos" Aut.	3.136.154.00	5.374.327.00
1.9 TDI Highline Autom.	3.625.941.00	5.947.378.00
Golf Variant		
1.4 Conceptline	2.372.750.00	3.565.882.00
1.9 TDI 90 cv	2.815.320.00	4.998.952.00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.018.074.00	5.236.174.00
1.9 TDI 115 cv	3.712.174.00	6.048.271.00
Bora		
1.9 TDI Highline	3.756.584.00	6.100.231.00
1.9 TDI EC Highline	3.993.376.00	6.377.276.00
Beetle		
1.9 TDI 90 cv	3.200.233.00	5.449.300.00
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.398.383.00	5.681.135.00
Passat		
1.6 Confortline	3.404.629.00	5.149.838.00
1.9 TDI 115 cv Confortline	3.647.594.00	5.978.562.00
1.9 TDI 115 cv Trendline	4.105.540.00	6.514.359.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	3.987.149.00	6.375.841.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.445.093.00	6.911.636.00
Passat Variant		
1.6 Confortline	3.639.003.00	5.424.056.00
1.9 TDI 115 cv	3.878.996.00	6.249.302.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.218.417.00	6.646.425.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.676.362.00	7.182.220.00
Audi A3		
Att. 1.6 3P	3.201.747.00	4.950.491.00
Att. 1.6 5P	3.304.311.00	5.070.491.00

Att. 1.9 TDI 3P	3.672.299.00	6.045.492.00
Att. 1.9 TDI 5P	3.774.863.00	6.165.492.00
Sport 1.9 TDI 3P	4.210.761.00	6.675.493.00
Sport 1.9 TDI 5P	4.313.325.00	6.795.493.00
Audi A4		
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.576.708.00	7.109.501.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.379.500.00
Audi A4 Avant		
Att. 1.9 TDI 110 cv	4.633.837.00	7.170.492.00
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.373.650.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	5.038.246.00	7.643.650.00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.844.133.00	8.592.388.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.027.894.00	8.807.388.00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI 110 cv	6.168.919.00	8.966.537.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.352.680.00	9.181.538.00
FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	1.052.792.00	1.474.000.00
Sport	1.245.584.00	1.859.000.00
Panda Jolly	1.058.775.00	1.481.000.00
Punto		
55 S 3P	1.300.285.00	1.923.000.00
55 S 5P	1.355.840.00	1.988.000.00
55 SX / 70 TD 5P	1.529.824.00	3.112.000.00
Van Stile	1.789.734.00	2.400.000.00
Novo Punto		
1.2 S 3P	1.329.338.00	2.059.213.00
1.2 ELX 5P	1.543.013.00	2.309.213.00
1.2 16 v ELX 5P	1.628.483.00	2.409.212.00
Sport 3P	1.943.868.00	2.778.213.00
Punto II GT 3P	1.929.355.00	3.668.083.00
Palio		
Weekend 1.2	1.908.643.00	2.737.000.00
Weekend 70 TD	1.816.149.00	3.447.000.00
Bravo		
1.4 SX	2.018.900.00	2.866.000.00
100 SX Autom.	2.272.245.00	3.769.000.00
105 JTD GT	2.357.628.00	4.464.000.00
Brava		
1.4 SX	2.061.635.00	2.916.000.00
105 JTD ELX	2.494.380.00	4.624.000.00
Marea		
1.4 SX	2.249.669.00	3.136.000.00
100 ELX Caixa Aut.	2.792.757.00	4.378.000.00
105 JTD HLX	2.920.876.00	5.123.001.00
130 JTD HLX	2.890.271.00	5.950.000.00
Weekend 1.4 SX	2.335.139.00	3.236.000.00
100 ELX Automática	2.878.227.00	4.477.999.00
105 JTD HLX	3.006.346.00	5.223.000.00
130 JTD HLX	2.975.741.00	6.050.000.00

LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.397.721.00	2.037.000.00
Y 1.2 cx. Autom. LS	1.832.575.00	2.641.000.00
Y 1.2 16V LS 3p	1.638.558.00	2.421.000.00
Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00
Delta 1.9 TDS	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00
Dedra TDS SW	3.002.514.00	5.252.885.00
Libra 1.6	3.495.321.00	5.199.999.00
Libra 1.9 JTD LX	3.456.773.00	5.750.000.00
RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo Pack	1.411.613.00	2.096.230.00
Twingo Easy	1.526.998.00	2.231.230.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.535.545.00	2.241.230.00
SI 1.4 16 v 3p	1.775.676.00	2.854.230.00
RN 1.2 5p	1.600.502.00	2.317.230.00
RXE 1.4 16 v 5p	1.853.454.00	2.945.230.00
RN 1.9D 5P	1.527.613.00	3.432.230.00
RXE 1.9 DTI	1.731.032.00	3.670.230.00
Megane		
RN 1.4 5P	1.988.900.00	3.109.230.00
RTE 1.4 16 V AC	2.305.139.00	3.479.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.738.273.00	4.854.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.934.854.00	5.084.230.00
Megane/Carrinha (Break)		
RTE 1.4 16 v	2.278.644.00	3.448.230.00
RXE 1.9 DTI	2.711.777.00	4.823.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.045.111.00	5.213.230.00
Megane Classic		
RN 1.4	2.159.840.00	3.309.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.781.008.00	4.904.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.977.589.00	5.134.230.00
Megane Scenic		
RTE 1.4 16 v	2.424.797.00	3.619.230.00
RXE 1.9 DTI AC	3.028.871.00	5.194.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.225.403.00	5.424.230.00
Laguna		
RXE 1.6	2.808.358.00	4.444.230.00
RXE 1.9 DTI	2.994.683.00	5.154.230.00
RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.302.376.00	5.514.230.00
RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.387.846.00	5.614.230.00
Kangoo		
1.2	1.793.482.00	2.552.230.00
RTE 1.9 D 55	1.926.576.00	3.908.230.00
Kangoo Express		
FGTE RL 1.2	1.572.583.00	1.988.230.00
FGTE RL 1.9 D 55	1.664.035.00	2.336.230.00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.488.305.00	2.083.600.00
Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.153.600.00

*100" 1.2 3p	1.691.380.00	2.493.600.00
*100" 1.2 5p	1.761.809.00	2.403.600.00
Eco 1.5 TD 3p	1.901.493.00	3.093.601.00
Eco 1.5 TD 5p	1.861.322.00	3.163.600.00
Sportive 1.5 TD 3p	2.032.262.00	3.363.600.00
Astra		
Club 1.2 5p	2.281.124.00	3.177.750.00
Club 1.4 4p	2.373.350.00	3.577.750.00
Sport 1.4 3p	2.544.290.00	3.777.750.00
Club 1.7 TD 5p	2.405.364.00	4.177.750.00
Club 2.0 DTI 5p	2.479.209.00	4.797.750.00
Club 2.0 DTI 4p	2.513.397.00	4.837.750.00
Club 2.0 DI 4p Aut.	2.556.132.00	4.887.750.00
Club 2.0 DI 5p Aut.	2.521.944.00	4.847.750.00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.458.820.00	3.677.750.00
Club 1.7 TD	2.525.023.00	4.317.750.00
Club 2.0 DTI	2.598.867.00	4.937.750.00
Elegance 2.0 DTI	2.940.747.00	5.337.750.00
Club 2.0 DI Aut.	2.641.602.00	4.987.750.00
Vectra		
1.6 4p	3.084.424.00	4.787.750.00
2.0 DTI 4P	3.188.611.00	5.627.750.00
2.0 DTI 5p Caravan	3.333.910.00	5.797.750.00
Sport 2.0 DTI	3.581.773.00	6.087.750.00
Sport 2.0 DTI Caravan	3.727.072.00	6.257.750.00
Zafira		
Confort 1.6 5P	2.913.484.00	4.587.750.00
Confort 2.0 DI 5P	2.863.824.00	5.247.750.00
Elegance 2.0 DI 5P	3.197.158.00	5.637.750.00
SUZUKI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Alto 1.0 MPI 3p	1.026.265.00	1.522.000.00
Alto 1.0 MPI 5p	1.090.367.00	1.597.000.00
Swift 1.0 GLS 3p	1.351.051.00	1.902.000.00
Swift 1.0 GLS 5p +DA	1.432.248.00	1.997.000.00
Baleno GS 1.3 3p	1.757.344.00	2.662.000.00
Baleno GS 1.3 4p	2.265.891.00	3.257.000.00
Baleno 1.9 TD GLX 4p	2.045.417.00	4.097.000.00
Baleno 1.9 TD Wagon GLX	2.387.298.00	4.497.000.00
Samurai 1.9 TD	1.755.281.00	2.445.000.00
Vitara 1.9 JUX TD	2.567.227.00	3.395.001.00
Grande Vitara 2.0 TDI 5p	3.393.098.00	4.395.001.00
MAZDA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
DEMIO 1.3 GLX	1.811.447.00	2.715.000.00
DEMIO 1.3 GLX +	2.131.960.00	3.090.000.00
323 GLX 1.3	2.131.960.00	3.090.000.00
323 GT 1.3	2.418.284.00	3.425.000.00
323 GLX 1.5	2.162.101.00	3.440.000.00
323 GT 1.5	2.563.810.00	3.910.000.00
323 GT 2.0 DiTD	2.589.956.00	4.845.000.00
Primacy 1.8	2.637.642.00	4.615.000.00
Primacy 2.0 DiTD	2.957.477.00	5.275.000.00
626 1.8i SDN GLX	2.476.959.00	4.427.000.00
626 1.8i SW LX	2.699.181.00	4.687.000.00
626 2.0i SDN GLX	3.009.325.00	5.323.000.00
626 2.0i SW GLX	3.368.299.00	5.743.000.00
626 2.0 TDi SDN GLX	3.359.186.00	5.745.000.00
626 2.0 TDi SW GLX	3.372.862.00	5.995.000.00

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

A Saga...

A saga na procura de novas instalações para a delegação de Coimbra, impedida ao longo dos anos de se concretizar por na direcção da mesma se encontrar perigoso ateu e travada por reinante confraria, sofreu de repente inesperado desenvolvimento, com a aparição da Senhora, aparecendo habitualmente aos escolhidos, em locais mais remotos entre arvoredos e penedias. O milagre ter-se-á dado no espelho do quarto de anónimo e devoto associado, que olhando no vidro, viu resplandecente imagem, indicar-lhe o local escolhido para atendimento das necessidades dos peregrinos associados.

Antes de cair na tentação de menorizar este extraordinário evento, pondo em causa os obreiros terrenos. Por talvez não terem pensado bem e acusar de se estarem a inventar soluções, e o que também é plausível, de não reconhecer o esforço desenvolvido, é conveniente reflectir um pouco. Não é a primeira vez

que forças divinas intercedem numa situação em que do outro lado está monstro que não acata imposição vigente. Basta lembrarmo-nos dos constantes pedidos de oração pela conversão de alguns, em certos casos com certo atraso, por insuficiente oratória, porém o tempo leva-os-á ao arrependimento. Noutros casos presumo, não haverem orações que levem à dita conversão.

Mais que uma questão de necessidade, foi oportuno momento de fé. Significativo nesta aparição, sem querer precipitar-me em conclusões antes de ouvir o Vaticano e o que a Igreja tem a dizer sobre o assunto, trata-se que eu saiba de um dos poucos casos, o único talvez, em que, Divindade e Vidente, estabelecem pacto negocial. Dum lado se promete o Milagre, exigindo em troca pagamento material, do outro, o nome e fotografia no local determinado, perpetuando assim a sua figura para a eternidade. Anteriores milagres, lá de Cima pedia-se em exclusivo, penitência e Orações, mas ... isto já não é o que era!

Não sendo especialista vocacionado no assunto, nada posso garantir, mas com a fotografia do benemérito e o seu nome gravado na parede para todo o sempre, estaremos sujeitos a fenómenos inexplicáveis nos tempos mais próximos. A circunstância da aparição se ter dado numa altura de reunião nacional é elemento a considerar. Sem querer interromper-me nestas coisas, espero que a intervenção Divina, seja mais diligente que a ostensiva demonstração de castigo aos infiéis, julgados por pensamentos e palavras suas e se negarem à robotização, sem temores disciplinares, difamatórias organizados. Teremos no futuro na região centro, um Santuário Mariano e em Coimbra específico local de culto em honra da filantropia associativa, cujas preces de fiéis devotos poderão levar a elevação de capelinha, altar de esperança, sem entrar em competição com a outra!

Seria milagre a mais... Mas com a devoção aos cardeais tudo é possível!...

José Martins Maia

Aos Deficientes em Serviço

Na qualidade de associado e Dirigente da Delegação de Ponta Delgada e ainda como Congressista mandatado para o efeito, não podia ficar de consciência tranquila se deixasse passar a oportunidade de esclarecer aquilo que efectivamente no Congresso se passou relativamente a dois pontos claramente antagónicos e que na minha opinião e não só, poderiam e deviam ter merecido outro tipo de tratamento tendo em conta uma série de circunstâncias que poderão ser geradoras daquilo que acima referi e que passo a testemunhar:

Foram apresentadas à Comissão Organizadora do IV Congresso para discussão 26 teses entre as quais algumas delas defendiam e muito bem, mais justiça para os Deficientes em Serviço na sua generalidade. Resta acrescentar que, se por um lado haviam pontos coincidentes, outros eram divergentes. O que significa como é natural divergências de opinião dos autores que as subscreveram.

E tanto assim foi a Comissão de Redacção encarregue de elaborar as sínteses finais das várias propostas elaborou dois pontos que passaram a fazer parte do primeiro painel da noite e que diz respeito às reivindicações legislativas que passo a citar:

- Pugar pela adopção de medidas legislativas que superem a actual degradação das pensões dos Deficientes em serviço e pensões de preço de sangue.

- Os Deficientes em serviço devem ter abono suplementar de invalidez a partir dos 30 por cento.

Ora se fizermos uma leitura atenta do conteúdo dos pontos em questão, poderemos facilmente retirar daqui várias ilações e consequentemente vários objectivos, entre os quais se destacam os seguintes:

1. Em vez de contribuímos para uma maior unidade e igualdade de direitos e de solidariedade entre deficientes que lutaram e se deficientaram lado a lado no mesmo serviço (aliás defendido e muito bem em outros pontos nomeadamente conceitos de serviço/campanha, etc.) aqui o resultado é criar manifestamente mais desigualdades. Isto é, na hipótese de o Governo concordar com as duas propostas (o que não acredito) os primeiros têm uma compensação financeira, enquanto que os segundos têm duas.

2. Politicamente o governo pode muito bem optar pelo que mais lhe convém, que é contemplar apenas as minorias e que são os que têm mais de 30 por cento de incapacidade. A isto chama-se aproveitamento político. Então e se isto acontecer? Que vai ser feito dos restantes que têm menos de 30 por cento e têm as mesmas aspirações? Quem vai ser responsabilizado? Será que os Congressistas não se aperceberam do que estavam a aprovar ou o assunto passou-lhes ao lado porque estavam cada um a olhar para o seu umbigo comodamente?

3. A aprovação pelo Congresso destes dois pontos e que constam das conclusões

finais que o Governo já as tem em seu poder através do Sr. Ministro da Defesa Nacional, torna difícil a qualquer Direcção alterar o estado das coisas, se bem que com força de vontade nada é impossível.

4. Quer se queira ou não, julgo ter-se criado desde já um descontentamento generalizado em todos os deficientes em serviço com menos de 30 por cento de incapacidades no seio da ADFA desnecessariamente. Pois as cotas estas em si ninguém defende menos, para quem recebe significativamente menos. E a diferença é só esta! 34 mil escudos para 200 mil escudos em média.

5. Convém referir que havia uma proposta na mesa do Congresso que mais não era que a unificação dos dois pontos de discórdia e que era partilhada por mais alguns Congressistas presentes cujo sentimento reflectia o de muitos associados com quem contactamos na Região Autónoma dos Açores. Só que a forma como a mesa pôs este painel à votação na generalidade primeiro e depois na especialidade diferente de todos os outros que se seguiram, não deu mais qualquer hipótese de contestação a quem quer que fosse para a sua rectificação, o que sucedeu no fim dos trabalhos, rejeitando-a pura e simplesmente.

Foi exactamente o que se passou e que já deixou marcas de descontentamento e de frustração em alguns associados residentes nos Açores.

Humberto Viveiros

ANCE

Profissionalização em debate

Debater a profissão e a profissionalização militar foi o objectivo do seminário promovido pela Associação Nacional de Contratados do Exército (ANCE), nos dias 16 e 17 de Março, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade Técnica de Lisboa.

Os trabalhos do seminário iniciaram-se depois da abertura presidida pelo representante do chefe de Estado-Maior do Exército, com intervenções sobre a política de Defesa europeia e nacional, bem como sobre os regimes de voluntariado e contrato como resposta aos novos equilíbrios. Neste primeiro painel destacaram-se o general Loureiro dos Santos e o jornalista Carlos Varela (Correio da Manhã).

Loureiro dos Santos defendeu a criação de um quarto ramo das Forças Armadas, em que a GNR surgiu como a força considerada adequada para actuar face a ameaças, garantindo uma resposta imediata enquanto não haja, em determinada situação, capacidade de intervenção das Forças Armadas.

Carlos Varela referiu-se à questão dos incentivos insuficientes, e defendeu que os problemas serão ainda maiores no caso de a GNR se tornar um quarto ramo das Forças Armadas.

Os deputados João Amaral e Gonçalo Velho, David Martelo, da Associação 25 de Abril e António Coelho, da Associação Nacional de Sargentos abordaram as especificidades da profissão militar face a outros agrupamentos profissionais, bem como a problemática da voluntarização do serviço militar e as tendências para o Quadro Permanente no século XXI.

No terceiro painel debateu-se os desafios e tendências do regime de contrato, com intervenções da representante do Ministério da Defesa Nacional, Felicidade Baptista, do representante da ANCE, Gaspar Ferreira, e do director do Recrutamento, major-general Rocha Lisboa.

No último painel discutiu-se os pormenores do regime de contrato, com participação dos representantes da ANCE, Eurico Rodrigues, Eduardo Rocha e Mário Garcia Pereira e do representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Mário Garcia Pereira destacou-se neste painel pela forma directa como abordou as vertentes do regime de contrato. Abordando pormenores da vida nos quartéis e unidades, salientou que "o conteúdo dos incentivos é extremamente positivo; o problema poderá surgir o que sempre acontece, com a sua efectivação prática." Referiu ainda a preocupação da ANCE face à "futura regulamentação da lei em geral e dos seus incentivos, dando cumprimento ao artigo 49º da LSM, que deveria ter sido publicada no dia 21 de Dezembro de 99 e que, não o tendo sido, prejudica claramente todos os militares que saíram das fileiras desde essa data."

A ANCE, que contou três anos de existência no passado dia 14 de Março, surgiu para dar apoio à reinserção na vida civil, desenvolvendo também actividades de formação e orientação profissional.

A Associação representa os voluntários e contratados do Exército junto das entidades militares, governamentais e Assembleia da República, promovendo eventos para debater os problemas sociais e profissionais dos voluntários e contratados do Exército.

R.V.

Voluntariado

Precisamos de ti para apoiar os nossos camaradas

Aceitam-se inscrições de associados para a realização de inquérito para estudo da situação em que vivem os associados, particularmente os grandes deficientes

Tel. 21 751 26 00 Ext. 250 (associado Silvério Rodrigues)

Departamento de Reabilitação e Apoio Social



Nuno
Santa Clara

A Solução

Um político em desespero de causa - isto é, em vias de ser expulso do poder - pode lançar mão de qualquer expediente que lhe possa garantir um segundo fôlego. Uma reacção normal, poderíamos dizer.

Se a permanência no poder desse político se medir pelas dezenas de anos, maior será o apego ao cargo, ou seja, menores serão os escrúpulos quanto aos meios a utilizar. Lógico, até porque dispõe de todos os cor-de-linhos.

A solução encontrada será de pura política, isto é, nada tem a ver com economia, desenvolvimento, estratégia, etc. Naturalmente, é visto que a solução tecnocrática é o último suspiro de qualquer regime, que tenha esgotado todas as saídas e tenha como único objectivo a sua própria continuidade.

Juntem-se a estas verdades elementares um país de democraticidade duvidosa e uma estrutura social complicada e teremos uma situação explosiva.

Seria do mais elementar bom senso não agravar as crises, mas como tal implicaria cair do poder... resta a fuga para a frente, ainda que tal acarrete a destruição do país enquanto entidade produtiva e normalmente do próprio aparelho político, uma vez que não há lugar para moderados.

Charles Maurras, referência ideológica para Salazar, com quem tinha uma troca regular de correspondência, defendia o princípio da "politique d'abord" - a política primeiro. E quando, imediatamente após a II Guerra Mundial, Salazar entrou numa onda de pessimismo, o conselho que lhe deu foi "agente-se, agente-se..."

Agentou-se Mao, destruindo o próprio partido e pondo adolescentes a governar o maior país do mundo; e tenta agora Mugabe aguentar-se, descobrindo de repente o que existia à 20 anos...

Muitas latitudes, mas a mesma solução.

Nuno Santa Clara

PS: Se tem acompanhado o "folhetim" do pequeno Elian, releia esta coluna de O ELO de Fevereiro; por estranho que pareça, ainda está actual. •



Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: <http://www.adfa-portugal.com>



26º Aniversário da ADFA

Algarve anima celebrações

Este ano, as celebrações do Aniversário da ADFA vão realizar-se no dia 13 de Maio, Sábado, com um encontro nacional em Lagos, para comemoração de 26 anos de árdua luta pelos direitos dos deficientes militares e dos cidadãos portadores de deficiência em geral. As cerimónias e o almoço comemorativo terão lugar na Messe Militar daquela cidade algarvia.

A Delegação da ADFA em Faro tem a seu cargo a organização das actividades, em colaboração com o Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA) que, a partir da Sede Nacional orientou as inscrições e os pormenores para as provas desportivas a realizar naquele dia.

No dia 13 de Maio, Sábado, vai realizar-se um passeio de barco, pelas 10h30, e vão disputar-se as provas desportivas de pesca e ciclismo, seguidas pela celebração de uma missa, pelas 11h00.

A concentração para o almoço vai ter lugar pelas 12h00, na Messe Militar de Lagos, seguindo-se algumas intervenções associativas e das entidades convidadas e o almoço acompanhado com animação cultural, pelas 13h00. O encerramento das actividades vai decorrer pelas 16h00.

No programa das comemorações inclui-se a realização, de nove a 12 de Maio, de colóquios sobre a Guerra Colonial em escolas, juntas de freguesia, câmaras municipais, e outros locais.

As inscrições para esta jornada de convívio associativo no Algarve (modalidades desportivas e almoço) estão abertas até cinco de Maio, sendo necessário entrar em contacto com o Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo, na Sede Nacional, ou através do telefone directo 21 751 2665 ou 21 751 2600/9. •

R.V.

Évora comemora 25 de Abril

Homenagem a Manuel Teixeira Gil

A ADFA realizou uma homenagem ao falecido presidente da Direcção da Delegação de Évora, Manuel Teixeira Gil, no dia 25 de Abril, no Cemitério dos Remédios, numa cerimónia que contou com a presença de diversas entidades civis e militares.

Compareceram o governador civil de Évora, o presidente da Câmara Municipal, os representantes da Liga dos Combatentes, da Associação de Comandos e da Associação 25 de Abril, os representantes dos partidos políticos e das forças de segurança.

Depois da alocução do presidente da Direcção da Delegação de Évora, Manuel Calhau Branco, foi anunciado pelo presidente da edi-

lidade que vai ser proposta à Assembleia Municipal a atribuição do nome deste associado a uma das ruas da cidade.

Foi descerrada uma lápide no túmulo e depositada uma coroa de flores. Cada um dos presentes colocou, simbolicamente, cravos vermelhos na campa.

Manuel Teixeira Gil serviu em Angola (cinco comissões), participou activamente no Movimento das Forças Armadas e em 1987 assumiu a presidência da Direcção da Delegação de Évora, "tendo dado sempre o seu melhor para que a Associação singrasse", lembrou Catarino Salgado, vice-presidente da DN. •

R.V.

Aumento de pensões

Conforme informação recolhida pela Direcção Nacional junto da Caixa Geral de Aposentações, o aumento das pensões dos deficientes das Forças Armadas, com efeitos ao mês de Janeiro, vai, em princípio, ter lugar neste mês de Maio. •

T.E.

Novos projectos legislativos

ADFA consultada sobre diplomas

Os grupos parlamentares do Partido Popular e do Partido Social Democrata propuseram projectos legislativos, que foram aprovados na generalidade sobre contagem de tempo de serviço para os ex-combatentes. A ADFA falou com o CDS-PP e PS defendendo os projectos de que daremos notícia na próxima edição. •

T.E.

CNRIPD

Realizou-se no passado dia 7 de Abril, na Sede da ADFA, a última reunião do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD) que tratou do projecto de regulamentação da Lei das Associações (Lei 127/90), publicada em Agosto do ano passado. Esta regulamentação é muito importante para as associações já que contém aspectos essenciais, nomeadamente relativos a crédito de horas de dirigentes associativos, ao financiamento do funcionamento e participação e ao direito de antena. A ADFA teve uma participação muito importante dando vários contributos que foram acolhidos para melhorar o projecto. Logo que se disponha do projecto já revisto o Elo desenvolverá o tema. •

T.E.

Projecto "Mãos à Obra"

Aberto concurso para bolsa de estudo

Desde dez de Abril e até 26 de Maio está aberto o concurso para atribuição de uma bolsa de estudo de pintura para um cidadão portador de deficiência, constituindo mais uma etapa do projecto de pintura "Mãos à Obra".

As obras que não foram leiloadas no passado dia 25 de Março vão estar patentes e vão ser vendidas em Lagos, a comemoração dos 26º aniversário da ADFA, no dia 13 de Maio.

A próxima etapa será a selecção de candidatos, no dia 27 de Maio, culminando o projecto no dia 24 de Julho, com a atribuição da bolsa de estudo. •

T.E.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos
disponíveis



Atendimento
personalizado



Técnicos
especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53

